

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS INVALIDOU GARANTIAS

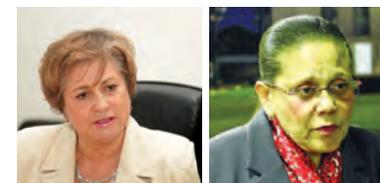
Dívida do Censo gera ameaças e queixas na ONU

DÍVIDA PÚBLICA. A realização do Censo Geral da População e Habitação, em 2014, gerou dívidas com fornecedores estimadas officiosamente em cerca de 70 milhões de dólares. As dívidas internacionais, até ao momento não saldadas pelo Governo, estão na base de ameaças de processos judiciais e queixas junto da Organização das Nações Unidas, contra o Estado. O descontentamento dos fornecedores israelo-alemães e sul-africanos agravou-se particularmente após a divulgação dos resultados definitivos, que serviam de garantia contratual de pagamento. Pág. 10



CULPAS ATINGEM BNA BPC sem liquidez em semanas consecutivas

Até à última sexta-feira, o BPC contabiliza três semanas, com o registo de sérios problemas de liquidez, verificados particularmente em várias agências que determinaram limites nos levantamentos entre os 25 e 100 mil kwanzas. Pág. 16



OPINIÃO COM VALOR Laurinda Hoygaard e Elisa Rangel estreiam-se

A professora doutora Laurinda Hoygaard, economista, estreia-se nesta edição, com um artigo de opinião sobre a temática da Região dos Grande Lagos, que marca a assinatura de uma coluna quinzenal. A professora doutora Elisa Rangel Nunes, especialista em direito económico, passa também a incorporar o leque de 'opinionmakers' do VE. Págs. 22 e 25

Crise ameaça segurança social

A protecção social enfrenta vários desafios, apesar da estrutura demográfica jovem. O aumento do desemprego e da economia informal são alguns dos factores que condicionam o alargamento da base contributiva. Págs. 4 a 9

PROJECTO PERTENCIA À TRAFIGURA GROUP

Governo paga 400 milhões USD por mina parada

Vários observadores questionam a compra, pelo Governo, de um projecto mineiro inactivo há mais de três anos, numa altura em que o Estado se vê a braços com graves limitações orçamentais que o colocaram em negociações com o Fundo Monetário Internacional para um acordo de assistência financeira. Pág 15



Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 187,4 Kz (-2) ▼ LIBRA 236,5 Kz (-5,2) ▼ YUAN 25,2 Kz (-0,1) ▼ RAND 10,8 Kz (-0,2) ▼

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



PRIORIDADES INVERTIDAS

Uma das matérias que faz capa desta edição informa sobre uma compra absolutamente estranha do Governo, em tempos de verdadeiros apertos financeiros. Revelou, em primeira mão, a agência financeira Bloomberg que o Governo pagou 400 milhões de dólares a um grupo privado por uma mina de ferro paralisada, na Huíla. Qualquer ponta em que se pegue a história levanta questões incompreensivelmente graves sobre a decisão governamental. Mas duas referências podem ser suficientemente esclarecedoras. Em primeiro lugar, o Governo está com limitações sérias para honrar compromissos básicos, incluindo os serviços essenciais de saúde. A explicação é, claro, o afunilamento das contas do Estado, por conta da derrapagem do valor do petróleo que reduziu para abaixo da metade as receitas públicas. Em segundo lugar, o negócio das minas, e especificamente o segmento das minas de ferro, está em baixa nas praças internacionais e as expectativas de recuperação não são expressivamente animadoras. As contas apontam que, de Abril para cá, a queda do minério de fer-



ro atingiu os 27%, caindo dos 70 dólares por tonelada métrica. Há duas semanas, o presidente da Ferrangol, numa entrevista exclusiva ao VALOR, lembrava, aliás, que uma das condicionantes ao arranque dos projectos, com níveis de prospecção avançados, é precisamente o preço.

Ora, quer em termos de prioridades, face às alternativas recusadas, quer em relação às condições de mercado, a compra do Governo é, no todo, questionável. A explicação oficial das autoridades está muito longe de desfazer dúvidas. Diz o Decreto Presidencial que justifica a compra que se colocou a necessidade de reestruturação do projecto integrado minero-siderúrgico de Kassinga e Kassala-Kitungo. E acrescenta que o processo é parte da estratégia de in-

tensificação da actividade de prospecção e exploração de minerais. O que o Governo se esqueceu de explicar é em que medida esses objectivos precedem o combate aos vários surtos que, há mais de seis meses, transformaram os hospitais do país em verdadeiros centros de carnificina, por incapacidade generalizada de respostas. Ainda que num prisma diferente, não seria de mais mencionar situações como a que relata o texto que faz a manchete sobre o risco de o país ser confrontado com processos judiciais, fora de portas, por conta de dívidas acumuladas com a realização do Censo Geral da População e Habitação de 2014. A julgar pelos números que apontam valores à volta dos 70 milhões de dólares, faz sentido questionar o custo de oportunidade. Entre resolver um conflito, com o potencial de agravar a mancha do país fora de portas, e oferecer lucros fabulosos a um privado, através de um projecto não prioritário. Em qualquer país normal e numa situação de aperto como a que se vive hoje, qualquer opção de gastos públicos, com rosto do absurdo, tinha de ser obrigatoriamente explicada. E se o Governo não se adiantasse a fazê-lo, estaria aí o parlamento para o exigir. Afinal é eleito, sobretudo, para isso.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral-Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico e chefe de produção: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Mateus da Graça Filho, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Secretária de Redacção: Lúcia de Almeida

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Colaboradores: Cândido Mendes

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão, Nelson Manuel e Valdimir de Almeida

Departamento comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes e Mariquinha Rego

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721; **Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

Tel.: +244 936272323

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones:

+244 222 320510, 222 320511

Fax: 222 320514

A semana

3 PERGUNTAS A...



Luís Machado
director MAPTSS

De um tempo a esta parte o Estado cancelou as admissões na Função Pública. Até que ponto isso pode elevar a taxa de desemprego?

As admissões na função pública ficaram suspensas por falta de capacidade financeira e pela necessidade de adequar as estruturas dos serviços públicos à realidade actual.

Entretanto, a redução do nível de desemprego não será resolvida apenas pelo aumento da empregabilidade na Administração Pública, mas sim pela criação de postos de trabalho a nível do sector empresarial. Isto significa que, só com o aumento ou surgimento de novos empreendimentos, pequenas, médias e grandes empresas, vamos atenuar o nível de desemprego.

E quanto tempo pode durar este congelamento?

O Estado não travou a entrada de novos funcionários públicos. A entrada está regulada no Decreto Presidencial n.º 104/11 de 23 de Maio. O que se pretende é acautelar que o fundo salarial da função pública não cresça de forma desordenada

O enquadramento anunciado para este semestre vai abranger todas as províncias?

Há uma quota atribuída para novas admissões em todas as províncias. O Estado vai contratar, sobretudo professores, médicos e enfermeiros que concorreram no último concurso, de 2014.

12 TERÇA-FEIRA
A balança comercial de Angola registou, em 2015, um saldo positivo de 1,943 biliões de kwanzas, com as exportações a atingirem 3,932 biliões de kwanzas e as importações 1,989 biliões, de acordo com dados do Anuário do Comércio Externo do Instituto Nacional de Estatística (INE).

14 QUARTA-FEIRA
O Governador de Luanda, Higinio Carneiro, incentivou os associados das cooperativas agrícolas da comuna da Funda, município de Cacuaco, a aumentarem a produção para que a localidade posse a ser considerada o “pulmão de Luanda”.

16 QUINTA-FEIRA
O Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, sublinhou que a qualidade do serviço público pode melhorar sem pressionar mais a despesa, e desafiou os funcionários públicos a realizarem esta proeza.



SEGUNDA-FEIRA

O chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Angola, Ricardo Velloso, acredita na “retoma vigorosa” da economia nacional nos próximos anos, em função das bases que continuam a ser lançadas para a sua reestruturação, declarações feitas à imprensa no fim do encontro com a Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional.

17 SEXTA-FEIRA
O Fundo Rodoviário, instituição destinada à conservação e manutenção da rede viária, anunciou o início de obras de restauro em várias estradas nacionais. O programa contempla, entre outras, a estrada 230 (Luanda a Malanje) e a via expressa, em Luanda.



18 SÁBADO
Depois de dez anos de interdição parcial de voar para o espaço aéreo da União Europeia, a TAAG recebeu a aprovação da Agência de Segurança Aérea para a licença TCO, que permite transportadora pública voar para todos os países da comunidade.



19 DOMINGO
A agricultura familiar, envolvendo pelo menos dois milhões de famílias camponesas, alimenta quase todo o país com uma produção estimada em 90% dos bens alimentares locais consumidos todos os dias, disse o ministro Afonso Pedro Canga.



COTAÇÕES



BOLSAS ANIMAM À MEDIDA QUE RECEIO DO BREXIT DIMINUI

As bolsas europeias fecharam em terreno positivo depois da publicação de sondagens sobre o referendo inglês que davam vitória à permanência do Reino Unido na Europa. Os mercados asiáticos fecharam também no verde com o Nikkei japonês a liderar os ganhos da semana devido a um abrandamento do yen. Nos EUA os mercados fecharam em terreno negativo depois de quatro dias no verde, após o anúncio da proibição de venda do iPhone 6 da Apple no mercado chinês.

PSI 20	4.519,19	+94,94	+2,15%
DAX Futuros	9.662,5	+102,5	+1,07%
CAC 40	4.193,83	+40,82	+0,98%
IBEX 35	8.362,00	+182,10	+1,98%
S&P 500 Futuros	2.057,75	-12,75	-0,62%
Dow 30 Futuros	17.550,0	-93,0	-0,53%
Índice Dólar	94,36	-0,41	-0,43%
Índice Euro	88,74	+0,23	+0,26%

Petróleo Brent	48,69	+1,50	+3,18%
Petróleo	47,46	+1,25	+2,71%
Gás Natural	2,611	+0,031	+1,20%
Ouro	1.293,55	-4,85	-0,37%
Prata	17,410	-0,197	-1,12%
Cobre	2,051	+0,003	+0,15%
Café Londres	1.649,00	+26,00	+1,60%
Alumínio	1.613,75	+5,00	+0,31%

GANHOS NO BCP LIDERAM EUROPA

A valorização de 6% do BCP Millenium, que interrompeu a já chamada “série negra” dos títulos do banco, liderou os ganhos das bolsas europeias e colocou, (aliada à diminuição do receio do Brexit), o PSI 20 confortavelmente em terreno positivo. As commodities acompanharam a tendência ‘bullish’ dos principais mercados mundiais e viu-se o ouro perder terreno para o petróleo e o gás, que fecharam com ganhos de mais de 3% e 1,20% respectivamente.

Observatório



AS NOVAS AMEAÇAS À SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL

Crise cria novos desafios ao sistema de segurança social

PROTECÇÃO SOCIAL. Embora o discurso aponte para a existência de um sistema de protecção social equilibrado, com um rácio de activos 'versus' pensionistas de 10 para 1, os dias que correm, marcados por sucessivas crises económicas, estão a impor novos desafios ao sector, face ao progressivo declínio do mercado empregador para contratar nova mão-de-obra, para além da premente necessidade de se ajustar o trabalho informal no sistema nacional de segurança social.

Por António Nogueira

A semelhança do que acontece em várias partes do mundo, a protecção social, em Angola, é entendida e aceite como um direito que assiste a toda pessoa de aceder, pelo menos, a uma protecção básica para a satisfa-

ção das suas necessidades, em determinada fase da vida.

Analistas consideram, no entanto, que, apesar da criação de legislação específica no país, o quadro de protecção social não tem sido capaz de garantir aos contribuintes, em geral, e aos trabalhadores, em particular, um sistema justo e equitativo, no qual os beneficiários tenham realmente acesso às prestações, quer em quantidade, quer em qualidade.

MEMORIZE

● **A LEI ESTRUTURA** três níveis de protecção, nomeadamente a social de base, a social complementar e a protecção social obrigatória. É neste último nível em que, segundo observadores, o grosso de subsídios e pensões atribuídos aos segurados estão completamente desfasados, face ao contexto socioeconómico do país.

Além de não garantir ainda a assistência a determinados tipos de protecções, como o subsídio de desemprego e a pensão de invalidez (que carecem de regulamentação), os benefícios legais, previstos no sistema de segurança social, têm-se revelado insuficientes, para a cobertura integral das necessidades dos segurados.

A lei estrutura três níveis de protecção, nomeadamente a social de base, a social complementar e a protecção social obrigatória. É neste

último nível em que, segundo observadores, o grosso de subsídios e pensões atribuídos aos segurados estão completamente desfasados, face ao contexto socioeconómico do país.

Do conjunto das assistências tipificadas em lei, para o regime obrigatório, a protecção na velhice prevê a atribuição de dois tipos de pensões ao trabalhador reformado, no entanto, os valores atribuídos inquietam os beneficiários.

Continua na pág. 6

Multas superam seis vezes mais salário mensal

Nos termos da lei, a retenção de contribuições da segurança social é, em determinadas condições, considerada criminosa e, como tal, punível nos termos do código penal. Para além das implicações criminais que possam verificar-se para este tipo de situações, a empresa que não procede ao pagamento regular das contribuições referentes à enti-

dade patronal e aos trabalhadores incorre numa multa de quatro a seis vezes o salário médio mensal praticado na empresa e de juros de mora de 2,5% ao mês.

Entretanto, o número de empresas registadas, segundo os dados do INSS, tem aumentado de ano para ano. Nos últimos 13 anos, o número de empresas registadas cresceu de 9.383,

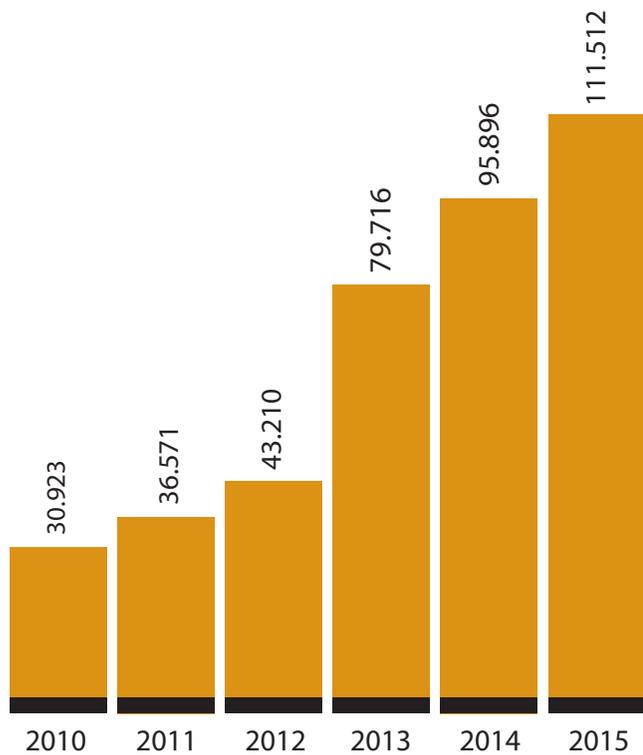
350

Mil é o número de novos segurados do sector público inscritos no sistema de segurança social nacional só em abril do corrente.

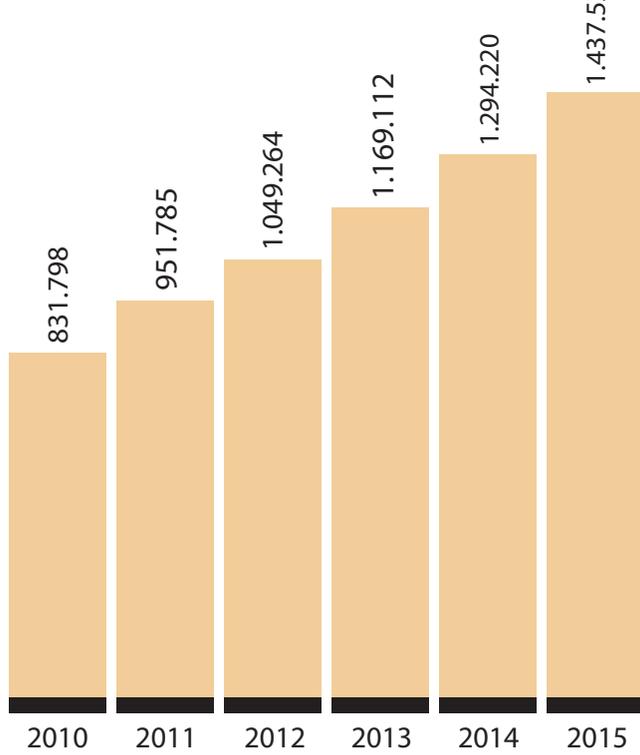
O coordenador do Plano de Sustentabilidade e Gestão da Segurança Social, Manuel Moreira, confirmou ao VE a existência de empresas com actividades regulares, mas que estão escalonadas na economia informal, “logo estão fora do sistema de segurança social”.

Os números do sistema de segurança social

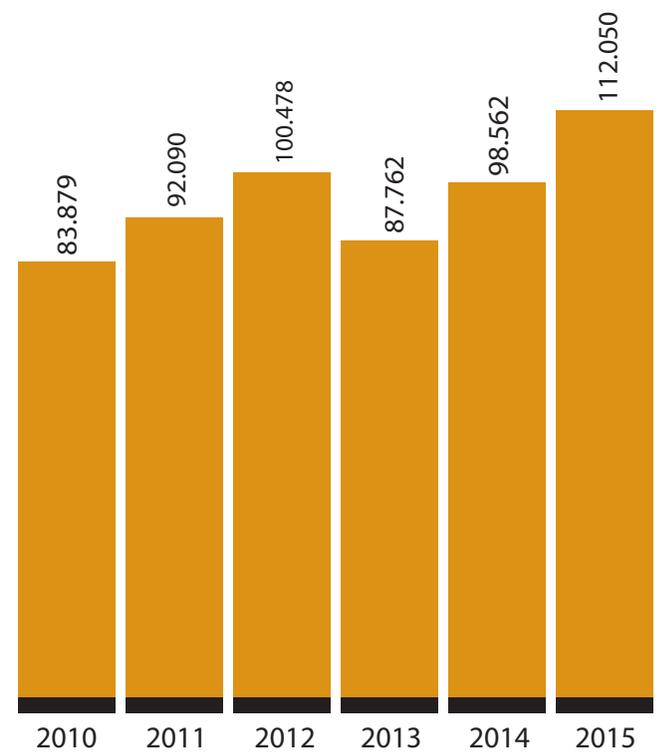
Número anual de contribuintes



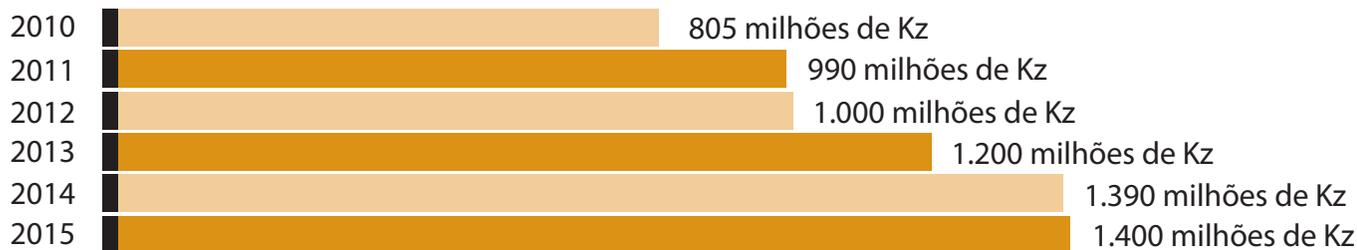
Número de segurados



Número de pensionistas

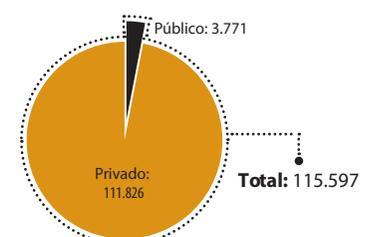


Receitas operacionais

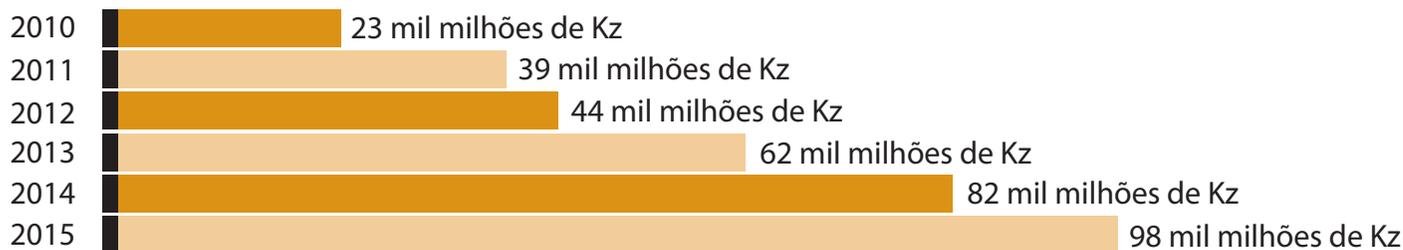


Contribuintes por sector

(Até Abril de 2016)

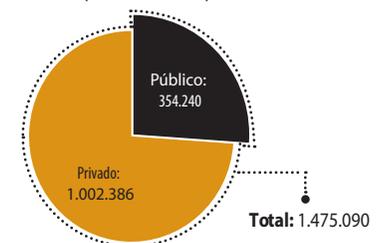


Número anual de contribuintes



Número de segurados por sector

(Até Abril de 2016)



Fonte: Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)

em 2002 para 111.512, em 2015. No primeiro trimestre de 2016, o INSS contava já com cerca de 115 mil contribuintes.

Em relação aos trabalhadores, de pouco mais de 403.000 segurados, em 2002, o número atingiu o valor de 1.437.524, em 2015. No primeiro trimestre de

2016, segundo os dados do INSS, registaram-se 1.463.915 segurados inscritos no sistema.

Em Abril de 2016, o sistema de protecção social obrigatória contou com mais de 111.000 contribuintes e um milhão de segurados do sector privado, com representatividade nos

sectores da agricultura e pescas, hotelaria e comércio, saúde e acção social, banca, construção e indústria extractiva.

O sector público, no entanto, conta com mais de 3.500 contribuintes e, só em Abril deste ano, foram inscritos 350 mil novos segurados no sistema do INSS.



Observatório

Continuação da na pág. 4

A renda mensal vitalícia para a pensão de reforma por velhice, por exemplo, ronda os 5,3 mil kwanzas, enquanto a pensão de reforma antecipada, voltada igualmente para a protecção na velhice, está na ordem dos 5,6 mil kwanzas mensais. A estes valores pode ainda ser acrescentado o abono de velhice, calculado em 2,6 mil kwanzas. Ou seja, o trabalhador reformado recebe, como pensão de velhice, pouco mais de 13 mil kwanzas mensalmente.

O mesmo cenário verifica-se nos subsídios previstos para a protecção na maternidade, sendo de destacar o subsídio de aleitamento que está calculado em três mil kwanzas. Ou ainda, no capítulo da protecção na morte, em que a pensão de sobrevivência vitalícia – renda mensal destinada ao dependente do segurado já falecido – está fixada em 4,6 mil kwanzas.

Classificando-o como um quadro remuneratório “baixo”, analisistas explicam que possíveis mudanças dependem necessariamente de alterações pontuais na legislação, além do alargamento da base das contribuições. “Se a ideia é ter um subsídio mais elevado, deve contribuir-se com mais rendimentos, mas é preciso notar também que o subsídio de reforma não corresponde à remuneração completa do tempo da prestação efectiva do trabalho”, explica o docente universitário Fortunato Paixão.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

As sistemáticas crises económicas que se verificam em vários países do mundo começam a ser apontadas, em alguns estudos internacionais, como um dos principais factores para o desequilíbrio financeiro de vários sistemas de segurança social, incluindo de realidades como a de Angola.

A sindicalista Maria do Carmo Tavares, de nacionalidade portuguesa, alerta que, nestes casos, “o problema não deverá estar no sistema de segurança social público, que tem um papel fundamental na sociedade, assim como não está no modelo de repartição intergeracional, como não decorre de factores demográficos”. Um eventual desequilíbrio deverá decorrer dos impactos de medidas de austeridade que venham a ser tomadas e do empobrecimento dos trabalhadores e das

políticas económicas aplicadas, o que exigiria uma inversão urgente das políticas.

No caso de Angola, a crise continua a impactar negativamente no mercado do emprego, com várias empresas a cancelarem ou suspenderem as actividades e com a consequente redução de mão-de-obra.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que a taxa de desemprego, no país, situa-se actualmente nos 24% e atinge, sobretudo, a população jovem entre os 15 e os 24 anos, situação que, no médio e longo prazos, como observam analisistas, pode representar uma ameaça à sustentabilidade financeira do sistema de segurança social nacional.

Por isso, Maria do Carmo Tavares defende que a sustentabilidade financeira “não pode nem deve ser ignorada”, aconselhando, pelo contrário, o combate à fraude e à evasão contributiva, a recuperação de

SISTEMA DE PROTECÇÃO SOCIAL EM ANGOLA

PROTECÇÃO SOCIAL BÁSICA

Destinatário:
Sociedade em geral

Órgão de tutela:
órgãos do Governo

PROTECÇÃO SOCIAL OBRIGATÓRIA

Destinatário:

- a) - Trabalhadores, funcionários públicos,
- b) - Militares

Órgão de tutela:

- a) - Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)
- b) - Cofre de Segurança Social das FAA

PROTECÇÃO SOCIAL COMPLEMENTAR

Destinatário:
Inscritos no Sistema de Protecção Social Obrigatória

Órgão de tutela:
Fundos de Pensões e Seguros de Vida, Associações Mutualistas

TAXAS DE CONTRIBUIÇÃO

TRABALHADOR POR CONTA DE OUTREM		TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA	
	Taxa Contributiva	Taxa Contributiva	Taxa Contributiva
Entidade Empregadora	8%	Esquema Normal	8%
Trabalhador	3%	Esquema Alargado	11%
TOTAL	11%		7%

ÁREAS DE COBERTURA

PROTECÇÃO NA MATERNIDADE

Subsídio de Maternidade:

É a ausência legal remunerada, paga à segurada, em virtude da licença por altura do parto, por um período definido em lei, sem prejuízo do emprego e do salário.



Periodicidade:
Prestação única.

Valor: Variável

Metodologia de Cálculo:
R X 90 (parto simples)
R X 120 (parto múltiplo)

Subsídio de Aleitamento:

Prestação paga ao segurado para atender a necessidade de compensar os encargos decorrentes da administração do regime alimentar aos descendentes recém-nascidos.



Valor: 3.000, 00 kwanzas

Metodologia de Cálculo:
É devido logo após o nascimento do filho. Pagamento de uma única vez.

*R = Média diária das remunerações dos últimos dois meses anteriores à data de início da licença de maternidade.

4,6

Mil Kwanzas é a renda média destinada ao dependente de um segurado já falecido

24%

Taxa de desemprego estimada pelo INE, que atinge sobretudo a população jovem.

3500

Contribuintes do sector público nacional

O financiamento do sistema

A protecção social obrigatória, em Angola, é gerida pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), e financiada, fundamentalmente, pelas contribuições dos trabalhadores e empregadores. Destina-se a dar protecção aos trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem e suas famílias, em situações de falta ou diminuição da capacidade de trabalho, maternidade, acidente de trabalho e doenças profissionais, desemprego, velhice e morte, bem como nas situações de agravamento dos encargos familiares.



No âmbito da protecção social obrigatória, os funcionários públicos são protegidos por regime próprio. Entretanto, enquanto não for estabelecida a necessária regula-

Maria do Carmo Tavares defende que a sustentabilidade financeira “não pode nem deve ser ignorada”, aconselhando, pelo contrário, o combate à fraude e à evasão contributiva, a recuperação de dívidas, bem como o alargamento da base de incidência contributiva

PROTECÇÃO NA INVALIDEZ E VELHICE

- PENSÃO DE REFORMA POR VELHICE:

Renda mensal vitalícia, paga ao segurado que requereu e atingiu os requisitos após cumpridos tempo de serviço ou idade, para implementação do direito à prestação.

Periodicidade: mensal

Valor mínimo: 5.374,00 kwanzas

Metodologia de Cálculo:

Salário médio ilíquido dos últimos 12 meses X
Número de anos de serviço ÷ 35

- Pensão de Reforma Antecipada:

Prestação mensal paga ao segurado que atingiu a idade definida legalmente e demais requisitos básicos, para obtenção do direito.

Periodicidade: mensal

Valor: 5.692,00 AKz

Metodologia de Cálculo:

Salário médio ilíquido dos últimos 12 meses X
Número de anos de serviço ÷ 35

- Abono de Velhice:

Prestação mensal paga ao segurado, visando dar estabilidade material, desde o momento que este deixou de poder prestar sua contribuição laboral, de acordo com definições legais.

Periodicidade: mensal

Valor: 2.601,00 kwanzas

Metodologia de Cálculo:

30% do Salário médio ilíquido dos últimos 12 meses



PROTECÇÃO NA MORTE

- PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA VITALÍCIA:

Renda mensal vitalícia, paga ao dependente, com o objectivo de compensá-lo da perda dos rendimentos de trabalho determinada pela morte do segurado.

Periodicidade: mensal

Valor: 4.678,00 kwanzas

Metodologia de Cálculo:

. Trabalhador activo 70% do salário ilíquido.
. Trabalhador reformado 75% da Pensão de Reforma.

- Pensão de Sobrevivência Temporária:

Renda mensal temporária, destinada a compensar a perda dos rendimentos de trabalho determinada pela morte do segurado, paga ao dependente, enquanto este encontra-se em situação de desemprego ou outras definidas em lei.

Periodicidade: mensal

Valor: 4.678,00 kwanzas

Metodologia de Cálculo:

. Trabalhador activo 70% do salário ilíquido.
. Trabalhador reformado 75% da Pensão de Reforma.

- Subsídio de Morte:

Prestação única, atribuída por morte do segurado, conforme definições legais, com objectivo de compensar os dependentes da morte do segurado e permitir a reorganização da vida familiar.



Periodicidade: Prestação única.

Valor: Variável

Metodologia de Cálculo:

Cenário a)

6 X Salário médio ilíquido dos últimos 12 meses

Cenário b)

Soma das remunerações dos últimos 12 meses ÷ Número de meses onde a quantidade dos dias de trabalho é superior a 20.

- Subsídio de Funeral:

É uma prestação de atribuição única, conforme disposições legais, que objectiva compensar o requerente, dependente ou outros, das despesas de funeral efectuadas em decorrência da morte do segurado.

Periodicidade: Prestação única.

Valor: 7.500,00 kwanzas

Metodologia de Cálculo:

Valor único fixado por Decreto Executivo Conjunto.

COMPENSAÇÃO DOS ENCARGOS FAMILIARES

Periodicidade: Prestação única.

Valor: Variável - Abono Familiar:

Prestação mensal, paga ao segurado, de acordo com o número de filhos e idade, legalmente definidos.

Periodicidade: Prestação única.

Valor: 120,00 kwanzas por dependente

Metodologia de Cálculo:

Valor fixado por Decreto



Fonte: Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)

mentação específica, estão, transitoriamente, abrangidos pelo regime dos trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem, sem prejuízo do sistema de segurança social das Forças Armadas Angolanas (FAA).

As prestações consistem em valores pecuniários pagos pelo INSS aos segurados ou aos seus dependentes na ocorrência de determinados riscos sociais tipificados na lei e podem ser de concessão única, como por exemplo o subsídio por morte ou de concessão continuada.

dívidas, bem como o alargamento da base de incidência contributiva, “o que poderia passar pela criação de uma taxa sobre a riqueza criada nas empresas que não pagam contribuições para a segurança social”.

Outro desafio que ‘perturba’ o sistema de segurança social prende-se com o lado informal do mercado de trabalho. O coordenador do Plano de Sustentabilidade e Gestão da Segurança Social, Manuel Moreira, confirmou ao VE a existência de empresas com actividades regulares, mas que estão escalonadas na economia informal, “logo estão fora do sistema de segurança social”. Os dados na posse do Instituto de Segurança Social, segundo Moreira, indicam um potencial significativo de crescimento do número de segurados. O Instituto lançou um programa especial de contacto com as empresas inscritas na segurança social que, em nove

1,46

Milhões de segurados inscritos no Sistema Nacional de Segurança Social

13

Mil Kwanzas mês é o valor aproximado da reforma que incorpora o abono de velhice

9

Mil trabalhadores num universo de 600 empresas cadastrados em nove meses no âmbito de um programa especial do INSS

meses, permitiu o cadastramento de 3000 trabalhadores, num universo de cerca de 600 empresas de micro, pequena e média dimensões.

COMO FUNCIONA O MODELO ANGOLANO

Para a gestão do sistema nacional de segurança social, Angola adoptou o modelo da repartição, que assenta no princípio da solidariedade inter-geracional, em que as prestações sociais, designadamente as pensões de reforma, são pagas pelas contribuições dos trabalhadores no activo. “A repartição é a melhor forma de dar uma resposta colectiva a um problema colectivo e fá-lo de forma solidária”, concretiza Manuel Moreira.

O responsável explica que o modelo assenta, sobretudo, na composição demográfica da população. Ou seja, quanto mais população jovem e em idade activa houver

por comparação à população idosa, mais sustentável torna o sistema de segurança social. “O nosso actual e futuro contexto demográfico, inclusive da região africana, assenta, exactamente, numa estrutura populacional em que há e haverá, ao que tudo indica pelas projecções internacionais até 2050, uma circunscreta percentagem de população idosa face à população em idade jovem e idade activa”, antecipa.

A legislação permite, no entanto, modelos complementares que, em resultado de opções de cada empresa ou dos trabalhadores, contribuam o rendimento dos reformados. “Encontrou-se, assim, um modelo que, assentando fundamentalmente na protecção social obrigatória, incentiva a que possam existir outros sistemas que complementem o sistema de base, onde os modelos de capitalização estão presentes”, explica Moreira.

Observatório

PROTECÇÃO SOCIAL

Modelo europeu entre os mais eficazes do mundo

REFORMAS. Enquanto o velho continente aposta forte na garantia da sustentabilidade das pensões públicas, acompanhado cada vez mais de planos de pensões privadas complementares, o modelo norte-americano, em contraponto, está muito dependente da vontade particular de poupança de cada indivíduo.

Por António Nogueira

A

Europa é várias vezes citada em estudos especializados como uma das regiões onde a protecção social está mais desenvolvida. Os cidadãos

contam com um leque alargado de coberturas do sistema público, com benefícios básicos não contributivos e outro tipo de benefícios que são financiados através do pagamento de impostos e de contribuições.

A poupança para a reforma, na Europa, está baseada num sistema público de protecção social, para o qual se contribui durante a vida profissional e, em função dessas contribuições e de outras variáveis, o cidadão irá beneficiar durante a sua reforma de uma pensão mais ou menos elevada.

Para fazer face ao problema do envelhecimento da população, agra-

vado pela quebra de natalidade e pelo aumento da esperança de vida – factores que geram tensão no equilíbrio dos sistemas da segurança social, a Europa tem adoptado essencialmente políticas que estimulam a poupança privada para complementar o sistema público.

Já o sistema norte-americano se baseia no conceito profundamente enraizado de que “a melhor ajuda vem de nós próprios”. Oferece serviços básicos muito limitados e transfere para o sector privado e para a iniciativa dos próprios indivíduos a cobertura de serviços como a saúde, as pensões e outras contingências.

Contudo, a poupança para a reforma não é excepção. O Estado cobre somente os casos de necessidade, sendo que o restante cabe à iniciativa privada, quer seja através de empresas, quer seja por via de contribuições individuais para regimes de pensões. Trata-se, portanto, de uma abordagem individual e voluntária já que, à excepção de alguns segmentos, como os funcionários públicos, não é realista pensar numa pensão

MEMORIZE

- **NA EUROPA** os cidadãos contam com um leque alargado de coberturas do sistema público com benefícios financiados através do pagamento de impostos e contribuições. Nos EUA o sistema é baseado no liberalismo económico e oferece serviços muito limitados, transferindo para o sector privado a cobertura de serviços como a saúde, pensões e outras contingências.

de reforma unicamente baseada no sistema público.

Historicamente, os Estados Unidos têm sido um país onde a forte cultura de poupança privada e a planificação da reforma, juntamente com as reduzidas pensões públicas, garantem uma reforma desafogada. No entanto, esse cenário mudou significativamente nos últimos anos.



Os jovens, tradicionalmente acostumados a poupar para a sua pensão de reforma, desde o momento que entram no mercado de trabalho, têm vindo a carregar nos últimos tempos um lastro importante: a dívida contraída para financiar os seus estudos, numa altura em que o mercado de trabalho não oferece tantas possibilidades de inserção que possibilitem fazer a amortização desse empréstimo.

Actualmente, a dívida universitária nos Estados Unidos atinge cerca de um trilião de dólares, com uma média de 28 mil dólares por pessoa, segundo notícias avançadas pela imprensa local. Desta forma, um norte-americano no início da sua carreira profissional enfrenta, logo à partida, uma dívida considerável, para, só depois, adquirir uma casa e constituir família.

Lei estabelece condições de bloqueio

Regra geral, o direito às prestações é interdito aos segurados que não tenham a sua situação contributiva regularizada durante três meses consecutivos, exceptuando os casos previstos na lei ou em que a entidade empregadora retenha indevidamente a contribuição descontada ao segurado. Os bloqueios previstos são igualmente extensivos aos dependentes dos segurados, nomeadamente ao

cônjuge, “por separação judicial ou divórcio enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos, por anulação do casamento, por morte ou por sentença judicial transitada em julgado”.

O veto pode ser também destinado a companheira ou companheiro, caso haja a “cessação da união de facto com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de

alimentos” e, por outro lado, ao “filho ou equiparado, ao completar 18 anos, ou qualquer idade entre os 18 e 25 anos, desde que não tenha frequência de curso superior, salvo se for inválido”.

Para os dependentes em geral, a lei prevê igualmente o bloqueio dos serviços de protecção social nos casos de “cessação de invalidez ou de falecimento”.

“Presentemente, o sistema de protecção social obrigatória não enfrenta problemas de sustentabilidade económica, como tem sido demonstrado pelos estudos actuariais feitos regularmente.”

MANUEL MOREIRA, INSS

“Queremos manter o sistema financeiramente equilibrado”

ENTREVISTA. O Coordenador do Plano de Sustentabilidade e Gestão da Segurança Social descreve o actual quadro do sistema de segurança social nacional e assegura não existirem, de momento, grandes ameaças à sustentabilidade económica. No entanto, reconhece que há ainda inúmeros desafios por vencer, que passam, entre outros, por um maior asseguramento da declaração e cobrança de contribuições e da gestão financeira e patrimonial das receitas.

Por António Nogueira

Qual é o modelo angolano de pensões da segurança social?

O nosso modelo é o de repartição. Em termos genéricos, este modelo assenta no princípio da solidariedade inter-geracional, em que as prestações sociais, designadamente as pensões de reforma, são pagas pelas contribuições dos trabalhadores no activo. Em termos simples, poderá dizer-se que o modelo de repartição assenta no princípio de que “nós pagamos agora as pensões dos nossos pais e os nossos filhos pagarão as nossas quando chegar a nossa vez de nos aposentarmos”. Estamos, portanto, perante um sistema de solidariedade entre gerações. Mas há, na protecção social complementar, espaço para soluções de poupança individual e para planos empresariais, que funcionam na base da capitalização. Nesses, cada um poupa para a sua própria pensão ou cada empresa financia as pensões dos seus trabalhadores. O nosso sistema é abrangente, combina diferentes técnicas para diferentes situações.

Como são geridas as contribuições?

A gestão das contribuições para a protecção social obrigatória é um processo exigente e de grande responsabilidade, que requer muito rigor. O Instituto Nacional da Segurança Social, a quem com-

pete a gestão do sistema de protecção social obrigatória, tem, por isso, uma grande responsabilidade e, por isso mesmo, o Executivo tem dispensado uma atenção muito especial à sua modernização e capacitação, no sentido de dotar dos instrumentos e das competências necessárias à execução das suas tarefas. No que se refere à cobrança de contribuições, para que tudo corra bem começa por ser desejável que todas as empresas cumpram o que está prescrito na Lei: procedam à sua inscrição como contribuintes na segurança social; procedam à inscrição na segurança social dos seus trabalhadores como segurados; procedam à declaração mensal das remunerações dos seus trabalhadores e procedam ao pagamento, junto das entidades bancárias, das respectivas contribuições. Mas nem todas as entidades empregadoras cumprem com o que se encontra estabelecido e isso obriga a um esforço de gestão enorme para garantir a regularização da situação contributiva dos contribuintes.

Como é que se apura o valor de uma pensão?

O valor da pensão é apurado em função da remuneração de referência (correspondente à média das remunerações dos últimos 36 meses que antecedem a passagem à reforma) e do período com registo de contribuições (contados em número de meses com contribuições pagas). O valor assim obtido divide-se por 420 (que representa o número de meses de carreira contributiva completa). Dou-lhe um exemplo, um trabalhador que reúna as condições de idade e que teve uma remuneração média



Manuel Tomás © VE

Sempre que há denúncias, desta ou outra natureza, os casos são analisados e, sempre que tal se justifique, os Serviços de Inspeção da Segurança Social desencadeiam processos de inspecção tendo em vista o apuramento da verdade e a adopção das medidas legais. Estamos a reforçar a inspecção, por isso será cada vez mais difícil que isso aconteça. E, se alguém tem conhecimento dessas situações, deve dirigir-se aos Serviços da Inspeção da Segurança Social e denunciar as situações.

Qual é o grau de contributo de trabalhadores por conta própria no sistema de segurança social?

Nos últimos dois anos verifica-se um crescimento de contribuintes inscritos no regime dos trabalhadores por conta própria. Contudo, o volume contributivo dos trabalhadores neste regime é ainda muito incipiente, na medida em que representam 0,15 % no conjunto dos contribuintes inscritos no sistema de Protecção Social Obrigatória. É um regime onde há seguramente uma grande margem de crescimento nos próximos anos.

Qual é o número actual de pensionistas que se encontram registados no INSS?

O número de pensionistas, tal como o número de contribuintes e segurados, tem vindo a crescer, tendo triplicado entre 2002 e 2015. Em 2002 este valor situava-se nos 37 467 pensionistas e em 2015 situava-se em 112 050. Em Abril de 2016, o sistema contava com o pagamento de pensões a 114 385 pensionistas.

nos últimos 36 meses, de 200 000,00 Kz, que tenha descontado durante 35 anos para a segurança social, terá direito a uma pensão de 200 000,00 Kz. Mas, se tiver descontado só 30 anos, terá direito a uma pensão de 171 428,00 Kz.

Quais são os riscos à sustentabilidade do sistema?

Presentemente, o sistema de protecção social obrigatória não enfrenta problemas de sustentabilidade económica, como tem sido demonstrado pelos estudos actuariais feitos regularmente. O sistema é jovem e foi tomada a opção correcta de fixar uma taxa contributiva que se orienta para o financiamento das responsabili-

dades de médio e longo prazo. O rácio activos/pensionistas (taxa de dependência), superior a 10 para 1 é a principal garantia de equilíbrio do sistema e como há grande margem para progressão nos níveis de cobertura de novos segurados e boas perspectivas de crescimento económico só pode prever-se que o sistema se mantenha equilibrado se continuar a ser gerido responsavelmente, como tem sido até agora.

Há denúncias de casos de empresas que descontam no salário do funcionário, mas, no entanto, não depositam nas contas do INSS. Qual tem sido o vosso posicionamento para situações do género?

Economia/Política

PRESTADORAS DE SERVIÇOS PARA O CENSO AMEAÇAM

Dívidas do Censo arriscam processos judiciais internacionais



DÍVIDA PÚBLICA. O Censo Geral da População e Habitação de 2014, dois anos depois da assinatura dos contratos com empresas nacionais e estrangeiras, ainda tem dívidas. Há disputas e a ameaças de queixas em tribunal e nas Nações Unidas.

Por Geralda Embaló

A publicação dos resultados do Censo Geral da População e Habitação 2014, em Março último, pelo Instituto Geral de Estatística de Angola (INE), gerou ameaças de queixas e processos judiciais por parte das entidades estrangeiras que prestaram serviços ao Governo para a recolha e consolidação dos dados censitários. Em causa está o incumprimento de contrato por parte do Governo de Angola, já que o Ministério das Finanças (Minfin) não saldou a dívida contraída em 2014, e o INE divulgou a informação censitária, que servia de garantia de pagamento, soube o VALOR de fonte conhecedora do processo.

A empresa israelo-alemã TIS, especializada em licenciamento de serviços, e a empresa de processamento sul-africana DAS ameaçaram processos judiciais e queixas às Nações Unidas, entidade que supervisiona os processos censitários de modo a que a sistematização da informação recolhida esteja de acordo com os parâmetros internacionalmente padronizados.

Contactado, o director geral do INE, Camilo Ceita, não revelou o montante em causa mas confirmou a dívida externa e o ‘agastamento’ dos parceiros internacionais. Camilo Ceita explicou que tem estado em contacto permanente com as empresas internacionais e nacionais às quais o Governo deve pagamentos pelo Censo, e com o Minfin que, por sua vez, promete pagamento para as dívidas consolidadas a breve trecho. O responsável do INE explicou ao VALOR que a publicação dos dados era urgente para a planificação dos objectivos

do Governo e que o trabalho censitário obedece a normas internacionais que já estariam a ser atropeladas pelo atraso na publicação, mas que os cofres públicos não permitiram o pagamento de todas as dívidas, quer externas quer internas porque o Censo foi “apanhado pela crise”. Os resultados estavam prontos para publicação três meses antes, um mês antes da data inicialmente prevista, mas ficaram suspensos “no aguardo da regularização das dívidas”.

O Censo Geral, inicialmente orçamentado em 200 milhões de dólares, poderá ter custado cerca de 360 milhões, no entanto as contas não estarão completamente consolidadas. O director-geral do instituto colocava em 2014, ao início da empreitada a maior fatia do orçamento para a alimentação dos cerca de 100 mil agentes censitários mobilizados por todo o país, estimando que esta despesa representaria cerca de 65% do orçamento. O censo implicou, para além desta, despesas com transportes (estimadas inicialmente em 50 milhões de dólares), com salários e subsídios e com empresas prestadoras de serviços vários, onde se incluem a TIS e a DAS.

Segundo Camilo Ceita “o projecto estava a decorrer bem do ponto de vista financeiro e orçamental até Junho de 2014, mas foi por esta altura que a crise começou a fazer-se sentir. Se tivesse tido início depois desta data, não teríamos Censo de todo”, assegu-

rou ao VE. O Minfin terá começado a ter dificuldades de pagamentos, “e começámos a ter deficiências no recebimento das quotas e o INE deixou de conseguir assegurar toda a cadeia de pagamentos”. Segundo o responsável, o INE conseguiu pagar, apesar de alguns atrasos, a 99 mil das cerca de 105 mil pessoas mobilizadas para o Censo, no entanto “6500 pessoas e algumas empresas ficaram por pagar porque deixou de haver verbas.

Entre a lista das dívidas encontram-se sobas, coordenadores de bairro, inquiridores e empresas prestadoras de serviços como alimentação, formação e processamento de informação. Camilo Ceita contou ao VE que as dívidas geraram “situações complicadas” em que teve de pessoalmente ir responder a pessoas que “com razão” reclamavam pagamentos. “Cheguei a ir responder na polícia porque algumas pessoas pensavam que tinha ficado com o dinheiro. Mas o dinheiro não existia, e a conjuntura era prova viva, se não conseguíamos pagar salários da função pública, que fará outras despesas. O que podemos confirmar é que a dívida está reconhecida e que estamos a trabalhar com o Ministério das Finanças para pagarmos, ou na sua totalidade ou parceladamente, assim que se houver verbas. Temos interesse em que as dívidas sejam saldadas, até para podermos continuar a contar com os parceiros

para inquiridos que continuamos a elaborar”.

Camilo Ceita lembra, no entanto, que há empresas que vão ao INE cobrar pagamentos que lhes são devidos por empresas com que o INE celebrou contrato de prestação de serviços e que devem cobrar às empresas com quem celebraram os contratos e não ao INE. Acerca do valor final do orçamento do Censo, responde que foi necessária “a aquisição de materiais e serviços extra” que ainda não foram pagos e que, para além de disponibilidade de verba, vão aguardar o encontro de contas. A dívida com a DAS enquadra-se nesta despesa. Quanto à dívida com a TIS, que constava do primeiro orçamento, o responsável assegura o pagamento “para muito breve”.

“Foi necessária muita negociação, mesmo a título pessoal para que os parceiros compreendessem que o país não podia estar refém da situação conjuntural e que era necessária a publicação dos resultados. Acredito que compreenderam que esta dívida não é porque se quer dever assim como acredito que vamos resolver o problema em breve. Se receber o dinheiro hoje, amanhã pago todas as dívidas”, explicou Ceita, acrescentado que é do interesse do INE pagar “porque precisa de continuar a contar com os parceiros internacionais e particularmente a nível local para a continuidade dos levantamentos estatísticos levados a cabo pelo Censo”.



ZAP CINEMAS

O DIA DA INDEPENDÊNCIA

N O V A A M E A Ç A

IMAX 3D

Estreia 24 de Junho

SEMPRE SOUBEMOS QUE IRIAM VOLTAR
ESTÁ PREPARADO?

Consulte a programação no site oficial ou na página Facebook do ZAP Cinemas.



935 555 945

www.zapcinemas.co.ao

facebook.com/zapcinemas



SHOPPING AVENNIDA · AV. PEDRO DE CASTRO VAN-DÚNEM LOY, 62, LUANDA.

Economia/Política

PARA CONTER 'ESFORÇOS' NO ORÇAMENTO

FMI aconselha 'pente fino' às empresas públicas para apurar atrasados



Ricardo Velloso (à esquerda, chefe da missão do FMI) e Max Alier, representante do Fundo em Angola

FINANÇAS PÚBLICA. Organismo encoraja o Ministério das Finanças a avançar com um processo de verificação dos atrasados das empresas públicas como forma de se evitar 'saques' no Tesouro para pagamentos de despesas não autorizadas. Processo deve incluir "trabalho bastante fino", insiste o Fundo.

Por Nelson Rodrigues

Um processo de verificação das dívidas do Estado para com empreiteiros e demais fornecedores de serviços privados deve ser iniciado pelo Ministério das Finanças (Minfin) para o apuramento da "legalidade" dos atrasados e poupar esforços

financeiros ao Tesouro, recomenda o Fundo Monetário Internacional (FMI) a Angola.

De acordo com chefe da missão do FMI, Ricardo Velloso, que esteve no país de 1 a 14 de Junho, existem atrasados que não são da responsabilidade do Governo, cujos encargos não devem ser assumidos pelo Estado, pelo que aconselha uma confirmação da legalidade das dívidas pelo Minfin.

"Há alguns atrasados em que o Ministério das Finanças tem que fazer um trabalho bastante 'fino' e saber se devem ser pagos [ou não] pelo Governo. É necessário que revejam a legalidade desses processos

MEMORIZE

- A REDUÇÃO da pressão sobre as divisas passa, na visão do Fundo Monetário Internacional, pela aplicação pelo BNA das Reservas Internacionais Líquidas e mais flexibilização das taxas de câmbio, apoiadas em condições monetárias mais restritivas para conter a inflação

90

Dias é o tempo necessário sem pagamento para que uma factura entre na conta dos atrasados.

para que não esteja o Tesouro, no momento de dificuldades, a pagar coisas que não devia", advertiu Velloso, em resposta a uma pergunta do VALOR, na conferência de imprensa de balanço da missão do Fundo a Angola.

São considerados atrasados as facturas referentes a contratos de empreitadas de obras públicas celebrados nos termos da legislação em vigor, em posse das Unidades Orçamentais e não pagas até 90 dias após a data de vencimento especificada no contrato, de acordo com a Lei-quadro do Orçamento Geral do Estado.

Aos gestores públicos, o Estado proíbe a realização de despesas, o início de obras, a celebração de contratos administrativos ou a requisição de bens sem prévia cabimentação, observando o limite para cabimentação estabelecido na programação financeira ou em montante que exceda o limite dos créditos orçamentais autorizados.

Sem quantificar os níveis da dívida do Estado para com o privado, o FMI reconheceu, no entanto, haver "vontade" da parte do Governo no que toca à redução dos atrasados. Para o chefe da missão, várias das recomendações que o organismo fez ao país, há três anos, foram observadas pelo Governo.

"Muitas dessas recomendações [de redução dos atrasados] foram tomadas. O que é um bom sinal", elogiou Ricardo Velloso, apontando para um relatório de peritos do Fundo sobre controlo de pagamentos domésticos de atrasados.

MAIS SUPERVISÃO BANCÁRIA...

O reforço da supervisão bancária engrossa a lista de recomendações que o FMI deixa a Angola antes da assinatura do tão propalado e polémico acordo de "assistência técnica" de que o Governo fala. Mas faltam ainda três 'conversas', segundo o FMI, para que o Executivo de José Eduardo dos Santos conheça a ajuda

da instituição liderada por Christine Lagarde.

De acordo com o FMI, a supervisão do Banco Nacional de Angola (BNA) deve incidir sobre as políticas de concessão de empréstimos que os bancos usam, de maneira a evitar o crescimento dos níveis de crédito malparado, que "aumentou consideravelmente" nos últimos anos.

"Quando se olha a relação de crédito como produto, é uma relação ainda pequena. Há muito espaço para crescer. Obviamente, há que se fazer um esforço de melhorar a supervisão bancária, para que os bancos não estejam a emprestar créditos que, daqui a algum tempo, vão ficar malparado", adverte o chefe da missão do FMI.

Às políticas de supervisão, Ricardo Velloso associa a "melhoria do sistema judicial". Segundo o responsável, a celeridade do sistema de justiça na relação com a banca torna os processos de concessão e controlo do crédito mais rápidos, além de reduzir os riscos aos bancos na facilitação de empréstimos aos mesmos beneficiários.

"Há menos negócios a serem feitos e não vemos o crédito como constrangimento", disse o economista do FMI, ao apontar para as vantagens dos empréstimos à promoção do sector privado na economia.

'DESCOMPRIMIR' MERCADO CAMBIAL

A redução da pressão sobre as divisas passa, na visão do FMI, pela aplicação pelo BNA das Reservas Internacionais Líquidas e "mais flexibilização" das taxas de câmbio, apoiadas em "condições monetárias mais restritivas para conter a inflação".

"As restrições administrativas existentes para aceder as divisas à taxa oficial, que constituem um constrangimento à actividade e diversificação económicas, precisarão de ser levantadas gradualmente", sugere o FMI.



O FMI recomendou Angola a adoptar o IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado), para rentabilizar a arrecadação de receitas. A diversificação das fontes de receitas já é uma medida de consenso na agenda de trabalho entre o Governo e o FMI.



A SECRETÁRIA DE ESTADO DAS PESCAS, Maria Nelumba, encorajou, na semana passada, os empresários e empreendedores a apostarem nas áreas de prestação de serviços do sector, de modo a mitigarem as dificuldades de importação de insumos.

PROCESSO LEVANTA DÚVIDAS SOBRE TRANSPARÊNCIA

Taxas municipais ainda sob controlo das administrações

RECEITAS PÚBLICAS. Municípios mantêm cobrança de taxas nas mãos de fiscais, situação que levanta dúvidas sobre a transparência na gestão dos recursos.



de impostos, contanto para tal com as repartições nos municípios, sem a intervenção da das administrações.

O volume das receitas, por cada município, varia, mas, de acordo com o administrador de Cacuo, o que gera mais recursos, nos municípios de Viana e Cacuo, é a taxa de ocupação de terreno, que está a ser superada pelas multas por transgressão administrativa. Cacuo, por exemplo, em média, arrecada mensalmente entre 40 e 50 milhões de kwanzas.

Pelas administrações municipais passam também valores pagos pela emissão de certificados de residências, legalização de terreno, licença de construção, autorização de eventos culturais, taxas cobradas nas praças e feiras, atestado de residência, taxa de saneamento e ocupação de cemitério, que são consideradas taxas comunitárias.

Em 2011, foi criada, em Luanda, a comissão provincial de avaliação da receita local e comunitária, com vista a apurar-se os níveis de arrecadação mensal e manter-se o enquadramento das rotinas de execução orçamental nas administrações municipais, com o acompanhamento de técnicos do Ministério e da delegação provincial das Finanças.

Por norma, os valores das demais taxas cobradas pelas administrações são depositados no BPC, BCI e, nalguns casos, no BAI. As agências, por via de recibos passados pela administrações municipais, depositam os recursos na Conta Única do Tesouro.

O decreto presidencial de 29 de Dezembro de 2010, sobre as regras de execução do OGE, obriga as administrações municipais a encerrarem as suas contas, devendo os valores dos impostos e taxas municipais serem canalizados para a Conta Única do Tesouro.



INFLAÇÃO

INE confirma subida acentuada de preços

Os preços de bens e serviços subiram 3,31% no mercado angolano em Maio, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE).

A subida, de acordo com uma nota daquela instituição, foi influenciada pelo aumento de 4,54 % dos preços dos produtos da classe de bebidas alcoólicas e tabaco e nos preços das classes de alimentação e bebidas não alcoólicas, com 4,33%, bens e serviços diversos, com 3,79%, e saúde, com 3,31%.

Os preços dos transportes subiram 0,20 pontos percentuais, os do mobiliário, equipamento doméstico e manutenção e da habitação e água, electricidade e combustíveis registaram aumentos de 0,17 pontos percentuais cada um, em relação ao mês anterior.

O INE refere que os 24 produtos seleccionados para medição da taxa mensal de inflação representaram 7% do total.

As províncias de Cabinda, Lunda Sul e Luanda registaram os maiores aumentos, com 3,75%, 3,69% e 3,46%, respectivamente.

A subida dos preços em Luanda registou uma variação de 3,46%, sob influência dos aumentos registados nos preços das bebidas alcoólicas e tabaco, que subiram 4,72%, alimentação e bebidas não alcoólicas, com 4,49%, bens e serviços diversos, com 4,41% e saúde com 3,33%.

Por José Zangui

A transparência na cobrança de taxas pelas administrações municipais, em Luanda, continua a ser “questionável”, cinco anos após a orientação do Governo no sentido da canalização dos recursos para a Conta Única do Estado.

Das várias taxas sob responsabilidade dos municípios, a dos mercados é a “mais preocupante”, já que a recolha se mantém nas mãos dos fiscais, que, por sua vez, entregam os valores às administrações para posterior depósito na Conta Única do Tesouro.

O jurista e administrador de Cacuo, Carlos Cavuquila, admite que “este processo pode ser questionável, por causa dos riscos de

fuga de dinheiro ao longo do percurso”. Para inverter o quadro, as administrações municipais, sobretudo as que detêm os principais mercados, como o Kicolo, Quilómetro 30 e Panguila, esperam pela colocação de agências bancárias no interior dos merca-

dos, onde os vendedores poderão directamente pagar a taxa diária, “evitando-se que o dinheiro passe pelas mãos dos fiscais”.

Contactada, a Administração da Administração Geral Tributária (AGT) avançou que as suas competências se limitam à cobrança

PRINCIPAIS TAXAS

Taxa de ocupação de terreno	valor mínimo 39 mil kwanzas (depende do espaço)
Licença de construção	(depende da área de construção)
Taxa de ocupação de mercado	100 a 500 kwanzas/ dia
Taxa de espaço em feiras	1000 a 1500/ semana
Taxa de saneamento	varia de município e residência, o mínimo são 1.972 kwanzas/mês
Atestado de residência	352 kz
Declarações diversas	352 kz

As taxas incidem genericamente sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade do município. Nomeadamente, pela concessão de licenças, pela prática de actos administrativos, utilização e aproveitamento

de bens do domínio público e privado do município e licença para actividade de venda ambulante. São igualmente sujeitas a taxas municipais a emissão de declarações, concessão de terrenos em cemitérios para sepulturas e jazigos.

Economia/Política

GOVERNO NÃO PAGA EMPRESAS DE TRANSPORTES

Bilhetes de autocarros públicos ‘sem’ subvenção há seis meses

SUBSÍDIOS. Empresas de transportes urbanos de Luanda não recebem subvenções dos bilhetes de autocarros, situação que dificulta a gestão operacional das transportadoras.

Por António Miguel

O Governo encontra-se em dívida com as operadoras de autocarros públicos, por falta de pagamento da subvenção de bilhetes de passagem, dos últimos seis meses. As transportadoras ainda não foram convocadas para receber as explicações sobre os atrasos. “Já fizemos chegar as nossas dificuldades ao Ministério dos Transportes, ao Instituto de Preços e Concorrência e ao Governo de Luanda, mas não foram tomadas resoluções”, queixam-se entidades afectas às empresas. As mesmas que indicam que os atrasos dos subsídios estão a provocar transtornos na gestão operacional das empresas. Na TCUL (Transportes Colectivos e Urbanos de Luanda), por exemplo, há quatro meses que não se pagam os salários. Os trabalhadores já ameaçaram entrar em greve, caso a situação não esteja resolvida nos próximos dois meses. Na TURA

(Transportes Urbanos Rodoviários de Angola), a realidade também é dramática. A empresa enfrenta dificuldades para custear a manutenção dos meios rolantes.

O bilhete está estipulado em 90 kwanzas por viagem e é parcialmente subvencionado. O passageiro paga 30 kwanzas e o Estado cobre o restante. Os valores dos subsídios, que devem ser pagos mensalmente pelo Tesouro Nacional, variam em função do número de passageiros transportados pelas empresas. Até ao dia 5 de cada mês, as operadoras remetem os relatórios às autoridades, especificando o número de pessoas transportadas durante 30 dias.

A capital tem cinco operadoras, nomeadamente a Angoaustral, a Ango Real, a Macon, a SGO, a TURA e a TCUL, sendo esta última a única empresa pública. As estimativas dos operadores indicam que são transportados entre um milhão e dois milhões de passageiros por mês. O tarifário foi elaborado, há cinco anos, quando a nota de cem kwanzas estava cotada a um dólar, tendo o Governo assumido, na altura, pagar 60 kwanzas, indexados à moeda norte-americana. Deste modo, além de exigirem

os pagamentos, as empresas esperam também que se faça actualização dos valores ao câmbio actual, de 166 kwanzas por dólar.

Outra preocupação, avançada por fontes empresariais, é a actualização do preço do bilhete. “Hoje o custo real do bilhete devia ser de 200 kwanzas. São dados técnicos que já colocamos na mesa do Governo. Temos consciência plena que é um custo alto para a maioria da população, mas, por isso, o Governo subsidia o bilhete.”

Algumas operadoras estão a cobrar, no entanto, à revelia, 50 kwanzas por título de passagem. O director do Instituto de Preços e Concorrência

90

kwanzas, é o preço do bilhete de passagem. O passageiro paga 30 kwanzas e o Estado paga os restantes 60 kwanzas.



A operadora clama também pela degradação dos meios rolantes.

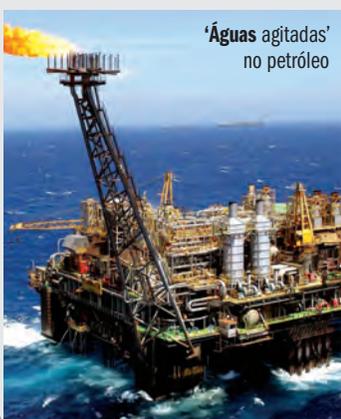
Manuel Tomás © VE

cia (IPREC), Kinavuide Kiaku, afirmou que já tomou conhecimento e que o assunto foi remetido ao Ministério dos Transportes. Sobre o atraso das subvenções, Kinavuide Kiaku, que reagiu ao VALOR via telefónica, disse apenas que o IPREC já remeteu os relatórios mensais das transportadoras ao Tesouro Nacional. “Agora, se o Tesouro pagou ou não, não posso dizer”, escusou-se.

ASSOCIAÇÃO ESTAGNADA
Apesar de ter oito anos de existência, a Associação Nacional de Transporte Públicos e Rodoviários de Passageiros de Angola não está em funciona-

mento. A organização foi criada para ser intermediária na resolução de conflitos e defesa de interesses comuns entre as transportadoras e instituições do Estado, como os ministérios dos Transportes e das Finanças, mas esse objectivo nunca foi concretizado.

A associação, que contaria com delegações regionais e provinciais, teria também a missão promover intercâmbios com homólogas de outros países, principalmente do Brasil e de Portugal. “Por exemplo, devíamos desenvolver sessões de formação, que deviam beneficiar todos os operadores quer a nível teórico de tráfego, quer técnico”, apontou um associado.



‘Águas agítadas’ no petróleo

PROTESTOS EXIGEM ACTUALIZAÇÃO SALARIAL

Trabalhadores da Pride Ensko já em liberdade

A falta de pagamento dos salários indexados ao dólar, ao câmbio actual, esteve na origem dos protestos de trabalhadores das sondas DS7, DS8 e 109, afectos à petrolífera Pride Ensko, em Cabinda e Soyo. Pelo menos, 41 dos mais de cem funcionários, que tinham sido detidos para interrogatórios, encontram-se já em liberdade.

Os funcionários, que ameaçam com greve,

foram orientados a se descolar à sede da empresa em Luanda, com objectivo de ‘resolverem a situação por via de diálogo’. Mas, na capital, foram outra vez surpreendidos por um aparato policial à entrada do escritório da petrolífera. “Segundo aquilo que nos informaram, eles receberam um alerta de emergência, dizendo que nós fizemos os ‘pulas’ de reféns, que houve sangue, actos de

vandalismo e por aí afora”, conta um dos trabalhadores, citado pelo Novo Jornal.

Os trabalhadores exigem que a Pride Ensko pague os salários indexados ao dólar ao câmbio actual. Há mais de um ano que os ordenados não acompanham as actualizações cambiais. Há quatro anos, o Governo orientou todas as empresas, sem excepção, a pagarem os salários em kwanzas.



UM TOTAL de 17 infracções tributárias foram registadas no Namibe entre Junho de 2015 e o mesmo mês deste ano, de acordo com João Pedro Fortes, comandante provincial da polícia fiscal.



A FAZENDA Vinevala, no município do Chinguar, província do Bié, plantou trigo em doze hectares, que começa a ser colhido este mês, de acordo com o seu proprietário, Alfeu Vinevala.



TURISMO Fernando Teles questiona barreiras

O Governo tem de eliminar alguns constrangimentos, se pretende que os bancos comerciais continuem a financiar a criação de uma indústria turística no país.

Quem o diz é o presidente do Banco BIC, Fernando Teles, que cita a “questão dos vistos” e o facto de os preços praticados em Angola serem “proibitivos”, além das deficiências no transporte interprovincial terrestre.

“O governo tem consciência de que tem de as eliminar [as barreiras]. Tem de haver vistos para turistas que os permitam ficar uma ou duas semanas e viajar pelo país todo”, insiste.

Teles falava à margem de um workshop organizado pelo InfoTur, que reuniu os intervenientes da indústria hoteleira. O responsável do InfoTur, Eugénio Clemente, reconheceu a existências de entraves e afirmou que, para alavancar o sector, vários intervenientes jogam o papel importante, entre os quais a banca.

O Banco BIC financiou hotéis, resorts e rent-a-cars em Luanda, Benguela, Huíla, num investimento perto dos 300 milhões de dólares, mas as unidades estão vazias e as rent-a-cars não têm movimentos. “Temos que rentabilizar isso”, disse Teles.

PROJECTO MINEIRO ERA DETIDO PELA TRAFIGURA

Governo paga 400 milhões USD por mina de ferro

MINERAÇÃO. O Governo adquiriu o projecto mineiro, localizado na Jamba Mineira, Huíla, ao grupo Trafigura, numa altura em que se vê a braços com uma grave limitação de recursos financeiros.

Por Cândido Mendes

No primeiro semestre os lucros da Trafigura Group foram impulsionados pelo pagamento de 400 milhões USD

para um projeto de minério de ferro pelo Governo angolano. Não fosse isso, a empresa teria uma queda de 50% nos resultados líquidos, disse à agência financeira Bloomberg News.

Pelo mundo, o preço do minério de ferro caiu 27% desde Abril quando a tonelada métrica custava 70 USD. O preço actual, mesmo assim, está 17% acima do valor transacionado no início do ano. Os índices do ferro começaram a cair acentuadamente em Fevereiro, após revelações de que a China - actualmente o maior consumidor mundial - tinha armazenado 100 milhões de toneladas métricas nos seus portos e que, com a sua própria produção, tinha amplo fornecimento para suas necessidades.

É no meio deste quadro que analistas internacionais questionam a opção do Governo de pagar 400 milhões de dólares por uma mina de ferro inactiva há três anos. Acresce-se o facto de Angola e o Fundo Monetário Internacional estarem a negociarem um pacote de assistência financeira que visa, entre outras soluções, reavivar a economia afectada pela queda do preço do petróleo. “Toda a operação parece estranha, já que é um montante avultado a pagar para um projeto que tem estado dor-



Vários observadores internacionais questionam a oportunidade do negócio

70

USD é o valor em que era comercializada a tonelada métrica do minério de ferro em Abril.

27%

É a estimativa média da queda do preço do ferro desde Abril deste ano.

MEMORIZE

- O Decreto Presidencial nº 220/15 de 21 de Dezembro justifica a transferência do projecto para a Ferrangol, como “necessidade de reestruturação do Projecto Integrado Minero-Siderúrgico de Kassinga e Kassala-Kitungo”.

mente por três anos”, comentou ao VALOR um analista que solicitou o anonimato. “E ninguém no mundo está a comprar de projetos de minério de ferro, e sem falar mais pagar tantos dólares por eles”, acrescenta.

A Trafigura prestou a informação aos reguladores financeiros angolanos e declinou fornecer mais detalhes, segundo a Bloom-

berg. O Ministério de Geologia e Minas ainda não respondeu ao email enviado solicitando comentário oficial.

A Trafigura, uma empresa baseada na Singapura, detinha o projeto minério com o grupo Cochran, de Leopoldino Fragoso do Nascimento, numa parceria de 50% para cada um. A mina AEMR está localizada em Kassinga e Kas-

sala-Kitungo, no município da Jamba Mineira, na Huíla.

Contudo, o Decreto Presidencial nº 220/15 de 21 de Dezembro justifica a transferência do projecto para a Ferrangol, como “necessidade de reestruturação do Projecto Integrado Minero-Siderúrgico de Kassinga e Kassala-Kitungo”, parte da estratégia de “intensificação da actividade de prospecção e exploração de minerais.”

Mercado & Finanças

EM LUANDA

Agências do BPC ‘sem dinheiro’ pela terceira semana consecutiva

BANCA. Há três semanas que vários balcões do BPC revelam problemas de tesouraria. Para fazer face à escassez de dinheiro, agências têm limitado levantamentos por cliente, para valores entre 25 mil e 100 kwanzas. Funcionários ‘culpam’ o BNA pelos atrasos na reposição dos depósitos.

Por Nelson Rodrigues

Várias agências do Banco de Poupança e Crédito (BPC) encontram-se, desde o início de Junho, com graves dificuldades de tesouraria, o que obrigou os balcões a estabelecerem limites de levantamentos, soube o VALOR de vários funcionários e denúncias de clientes.

Ao que este jornal apurou junto de várias fontes do BPC, desde o início de Junho, as agências com escassez de dinheiro puseram em marcha um plano de “distribuição racional” dos depósitos. Ou seja, para cada cliente, as solicitações de levantamento não devem ultrapassar os limites entre 25 mil e 100 mil kwanzas, definidos pelas agências com base nas disponibilidades diárias.

“Este é um mecanismo encontrado para as pessoas não saírem do banco sem dinheiro. Há casos em que os valores são mais baixos, dependendo, quase sempre, do quanto entra, em depósito, na hora em que os clientes solicitam o levantamento”, conta uma fonte da gerência de uma das agências do BPC, em Luanda.

Em causa estarão a redução dos depósitos e os “atrasos nos ‘desbloqueios’ do Banco Nacional de Angola para o BPC”, além das transferências que as agências “são obrigadas a efectuar para outras contas de organismos estatais”, contam dois funcionários das agências da Sagrada Família e Lara, na Avenida Hoji-Ya-Henda, respectivamente.

Este é um dos muitos casos, desde 2013, com a entrada da nova família de kwanzas – notas de 50, 100, 200 e 500 kwanzas – em que se assiste à escassez de dinheiro em várias agências do banco público. De Novembro a Dezembro do ano passado, o cenário foi o mesmo e várias foram as queixas de clientes sobre as dificuldades no acesso a depósitos.

Desde então, e em resposta a uma matéria do ‘Jornal de Angola’, em Março de 2013, a direcção de Comunicação e Marketing do BPC justificou a escassez de dinheiro com a “morosidade no reforço do cofre de determinados balcões”.

Para as enchentes e longas filas, o banco ‘atira’ a culpa ao facto de o Estado ter “depositado, em simultâneo, no [banco], todos os salários dos funcionários [públicos], o que fez com que milhares de pessoas quisessem levantar dinheiro ao mesmo tempo”.

Os mais recentes casos remontam a finais de Maio e princípios de Junho, com escassez de dinheiro em quase todos os balcões da periferia



A falta de liquidez é comum no banco público.

100

Mil kwanzas, valor máximo de levantamentos estipulado por várias agências do BPC.

25

Mil kwanzas, valor mínimo de levantamentos estipulado por várias agências do BPC.

MEMORIZE

- A falta de liquidez pode estar associada a vários factores, entre os quais o atraso por parte do BPC na solicitação de reposição de liquidez pelo BNA.

e alguns da cidade de Luanda, aos quais a administração do primeiro banco de capitais públicos ainda não deu quaisquer explicações.

Para o economista Lopes Paulo, a falta de liquidez pode estar associada a vários factores, entre os quais o atraso por parte do BPC na solicitação de reposição de liquidez pelo BNA. “Os bancos devem guardar 30% dos seus depósitos no BNA. Vamos imaginar que o BNA

não responde a tempo oportuno. Isso pode também ter impacto na reposição dos depósitos”, comentou o economista.

Uma ronda do VALOR em cinco das agências do BPC em Luanda, designadamente o balcão de Cacuo, São Paulo, Combatentes, Ndunduma, Sagrada Família e alguns postos de atendimentos, constatou que, ao invés das habituais filas para levantamentos ou depósitos, os clientes optam por solicitar os cartões multicaixas, por não haver dinheiro.

FAMÍLIAS PREOCUPADAS

Várias são as vozes que se queixam de terem dificuldades no acesso aos depósitos, como é o caso de Alfredo Funete, militar das Forças Armadas, que, à reportagem do VALOR, conta que, há duas semanas, não consegue tirar dinheiro do BPC para pagar consultas médicas e contas com logística familiar.

“Este é o quarto balcão em que me dizem que ‘não há dinheiro’. Como é que um banco vai dar essa resposta aos clientes?”, desabafou o militar, à saída da agência dos Combatentes, no ex-edifício do Ministério da Comunicação Social, no que é corroborado por outra cliente, que, segundo conta, corre o risco de pagar propinas com multas pelas dificuldades que tem no acesso aos seus depósitos.

“Pedi 30 mil kwanzas, mas a senhora do balcão disse que só tinha disponíveis 23.500 kwanzas. Como o cliente que vinha atrás de mim pretendia também levantar o dinheiro para comprar medicação, peguei apenas 20 mil kwanzas. É um sofrimento”, lamenta outra cliente.

Vários contactos foram efectuados para o gabinete de Comunicação e Marketing do BPC, do qual obtivemos a resposta “vamos fazer o nosso melhor para responder às perguntas”, mas, até ao fecho desta edição, não houve qualquer reacção, assim como do Banco Nacional de Angola.



UM NOVO produto financeiro, denominado 'KixiCooperativa', foi lançado, no fim da semana passada, pela companhia de crédito Kixicredito, com o objectivo de apoiar empreendedores no financiamento de projectos de negócios.

40

MILHÕES de dólares foi o quanto se obteve das negociações de 2,2 milhões de títulos e 42,5 mil títulos de bilhetes do Tesouro, no período de 6 a 10 deste mês, de acordo com as últimas estatísticas da Comissão do Mercado de Capitais (CMC).



Apesar dos resultados positivos, os auditores externos indicaram várias reservas às contas do banco.

COM FOLGA DE 367,6 MILHÕES DE KWANZAS EM 2015

Banco Valor chega aos lucros depois de quatro anos de prejuízos

RESULTADOS. Instituição fechou as contas de 2015 com ganhos de 367,6 milhões kwanzas, quatro anos depois desde a sua constituição, com perdas consecutivas. Apesar dos lucros, auditores externos apontam reservas.

Por Nelson Rodrigues

A contabilidade do Banco Valor (BVB) registou, pela primeira vez, lucros de 367,6 milhões de kwanzas (equivalentes a 2,7 milhões de dólares), quatro anos depois desde a sua constituição e instalação, revela o relatório de balanço da entidade publicado a 10 de Junho.

De acordo com as demonstrações de resultados, a evolução da margem financeira em 276,3%, de 293,3 milhões kwanzas para 1.103,4 milhões kwanzas, justificou a inscrição dos primeiros lucros nas contas do banco, além dos ganhos com operações cambiais, depois de quatro prejuízos assinalados entre 2011 e 2014.

Até 31 Dezembro de 2011, as

contas do Banco Valor registavam um resultado líquido negativo de 287,8 milhões de kwanzas e 1.163,2 milhões kwanzas (também negativos) em 2012. As tendências foram as mesmas para os dois anos seguintes: - 1.163,2 milhões kwanzas e -3.314,1 milhões de kwanzas.

Em 2014, a Deloitte colocou o Banco Valor na 17ª posição do ranking de activos da banca nacional. Ou seja, na lista de 19 bancos com actividades iniciadas, na altura, a instituição ocupava o antepenúltimo lugar, à frente dos bancos Standard Chartered Bank de Angola (SCBA) e o Comercial do Huambo (BCH).

Apesar do registo 'histórico' de lucros, os auditores externos da Ernest Young (EY) advertem a administração do Valor para o facto de existir, nas contas da instituição, uma reserva e três recomendações.

As reservas referem-se "às limitações identificadas quanto aos imóveis que foram objectos de contratos

2,7

Milhões de dólares é o valor, equivalente em moeda externa, dos lucros do Banco Valor.

de promessa de compra e venda", celebrados com partes relacionadas nos exercícios financeiros referentes a 2013 e 2014.

"Essas limitações prendem-se com as eventuais contingências relacionadas com o registo da titularidade dos imóveis, dada a falta de evidência documental que suporte a transferência efectiva da sua propriedade", apontam os técnicos da EY sobre as reservas nas contas do

banco, à época, sob gestão de Álvaro Sobrinho e Generoso de Almeida.

Os auditores externos queixam-se ainda de 'dificuldades' no acesso a dados que permitissem avaliações externas e independentes para todas as fracções registadas na contabilidade, o que resulta, na visão dos técnicos, "numa limitação ao apuramento do respectivo valor de realização ou de uso e eventuais perdas por imparidade".

Às reservas, os auditores incluem três 'chamadas de atenção', designadamente sobre o incumprimento integral dos requisitos previstos nos avisos nº1 e nº 2/2013 e do instrutivo nº 1/2013, do Banco Nacional de Angola, relativos à governação corporativa e controlo interno.

Ao que os auditores da Ernest Young apuraram, houve ainda uma 'violação' aos limites estabelecidos no aviso nº 5/2011, do BNA, quanto aos rácios de activo imobilizado/fundos próprios, em "resultado da classificação das fracções de imóveis sujeitas à avaliação como bens de uso próprio, bem como a inconsistência com o artigo nº 13 da Lei das Instituições Financeiras, devido ao facto de os referidos imóveis se encontrarem devolutos há mais de dois anos".

LEILÕES

BNA vende 660,2 milhões de euros

O Banco Nacional de Angola (BNA) vendeu, de 6 a 10 de Junho, 218,4 milhões de euros, elevando para 660,2 milhões, pela quarta semana consecutiva, o volume de moeda europeia vendido aos bancos comerciais, de acordo com os últimos relatórios de leilões do banco central.

Na primeira colocação, realizada de 16 a 20 de Maio, foram disponibilizados 69,2 milhões de euros (equivalentes a 77,4 milhões de dólares ao câmbio oficial), dos quais 711,2 mil foram alocados para coberturas de necessidades do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e 5,6 milhões para a cobertura de operações diversas do Executivo.

Ao montante, saíram ainda 35,8 milhões de euros para a cobertura de responsabilidades externas do Banco de Poupança e Crédito (BPC) e 26,4 milhões euros para operações dirigidas diversas.

Duas semanas depois, precisamente a 31 de Maio, o banco central reforçou a colocação de moeda estrangeira no mercado cambial, com uma injeção de 265,7 milhões de euros, distribuídos para os sectores de prestação de serviços à indústria petrolífera, Ministério das Pescas, Agricultura, Indústria e Transportes, além do reforço de 44,8 milhões de euros para compromissos externos do banco estatal BPC.

Os dois últimos leilões totalizaram 325,3 milhões de euros, realizados entre 3 e 10 de Junho, direccionados ao Ministério da Saúde, para a compra de medicamentos, à TAAG, ao Ministério da Energia e Águas Telecomunicações, além dos órgãos do Estado e operações diversas de natureza particular.

Empresas & Negócios

A multinacional
emprega 755 nacionais
em Angola



RESULTADOS DA MULTINACIONAL BRITÂNICA EM 2015

Angola vale 19% nas contas da BP

PETRÓLEO. Com 755 trabalhadores nacionais, a petrolífera britânica admite considerar novas oportunidades de investimento, mas avisa que preços entre os 50 e 60 dólares por barril não estimulam.

Por Valdimiro Dias

A exploração petrolífera da multinacional britânica BP, em Angola, representou aproximadamente 19% da produção líquida total da companhia, que se tornou num dos maiores investidores estrangeiros com mais de 29 mil milhões de dólares, aplicados até finais de 2015, revela o relatório de sustentabilidade da empresa.

Com operações nos blocos 18,19,24 e 31, que, no conjunto, permitiram uma produção média de 320 mil barris por dia, a petrolífera conta também com investimentos nos blocos 15,17,20 e 25, bem como na fábrica Angola LNG com uma participação de 13,6%.

O relatório refere os atrasos no desenvolvimento dos recursos de gás, mas avança que a companhia continua a considerar novas oportunidades, prevendo, no imediato,

o reforço e o controlo dos poços, a segurança dos processos (redução de incêndios e queima) e a responsabilidade dos fornecedores, além de antecipar “um seguimento rigoroso das perdas de contenção primárias nos poços e operações”.

A BP contabilizou, em 2015, sete derrames “de pequenas proporções”, totalizando no conjunto aproximadamente 4.773 litros, o equivalente a 30 barris, situação que antecipa “melhorias na integridade” das actividades “a fim de se evitar tais situações”. As emissões de gás com efeito estufa alteraram para os 2.997 toneladas de dióxido de carbono, facto agravado pelo encerramento prolongado da fábrica Angola LNG que obrigou a injeção de parte do gás em reservatórios que, entretanto, atingiram a saturação. A outra parte foi queimada.

Os gastos com os fornecedores locais, em 2015, fixaram-se nos 1,16 mil milhões de dólares, forçados sobretudo pelas contas dos blocos 18 e 31. As despesas concorreram para o apoio a cerca de 15 mil empregos, por via da contratação de pres-

320

É a média diária de produção de petróleo da BP em Angola.

MEMORIZE

- A BP é uma das empresas líderes mundiais do sector do petróleo e gás. Em Angola, emprega 954, dos quais 755 são nacionais.

tadoras de serviço, ao passo que 6,4 milhões de dólares foram canalizados para programas comunitários.

320 MIL BARRIS/DIA

A BP atingiu a produção de 320 mil barris por dia, segundo o diretor-geral adjunto da companhia, em Angola, pelo facto de a petrolífera não ter registado paragens não previstas nos blocos 18 e 31.

Helder Silva acrescentou que “os níveis de eficiência operacionais são os mais desejados”, registando, nesta altura, cifras de 93% no campo ‘Great Plutónio’ e 97% no campo PSVM. Sem especificar os números, o gestor indicou que “os custos operacionais e de capitais registaram um certo declínio”.

Hélder Silva classificou com “bom facto” a tendência de subida do preço do petróleo, há duas semanas, mas avisou que valores entre os 50 e 60 dólares são insuficientes para viabilizar os projectos em carteira.

Fruto de reformas empreendidas desde 2014 que implicaram “simplificação de processos”, redução de pessoal, integração das actividades dos blocos 18 e 31 e renegociação de contratos, os custos de produção do barril de petróleo baixaram dos 18 e 31 dólares, nos dois blocos, para os oito dólares.

Quanto ao futuro, a companhia estima manter o custo operacional num máximo de nove dólares por barril até 2020, “tendo em conta que os níveis de produção poderão baixar, apesar da redução dos custos operacionais”.

A BP é uma das empresas líderes mundiais do sector do petróleo e gás, que opera em 70 países. Em Angola, a companhia emprega 954, dos quais 755 são nacionais.



HABITAÇÃO Imogestin premeia projectos

A Imogestin divulgou os resultados da primeira edição do concurso do Prémio de Habitação Social, Kubikuz 2015, que premeia engenheiros e arquitectos que, com recurso a materiais locais, conceberam projectos de habitação rural e urbana, acessíveis à população de renda média/baixa.

A reinterpretação da vivência da comunidade rural (que vive a base da terra como meio de sustentabilidade e, por sua vez, matéria prima para a construção) foi a proposta vencedora na categoria de ‘Habitação Social Rural’, pela mão da dupla Ismael João e Angelino Quissonde.

Na categoria ‘Habitação Social Urbana’, da dupla Ilídio Daio e António Venâncio, o projecto vencedor propôs um modelo de construção e requalificação das zonas habitacionais, sem deslocar os moradores para áreas longínquas do habitual.

Cada uma das duas duplas recebeu o prémio de 2,5 milhões de kwanzas, enquanto os autores dos projectos que ficaram no segundo e terceiro lugares, em cada categoria, receberam um certificado de menção honrosa.

Com periodicidade bial, a iniciativa visa valorizar projectos de habitação social que apresentem soluções respeitadoras do ambiente e sejam sustentáveis em termos energéticos e hídricos.



O GRUPO ZAHARA pretende investir cerca de 1.385 milhões de dólares na criação de uma rede de hipermercados, centros comerciais e cinemas em Angola, informa o portal Macuhub.



LUANDA ACOLHE, em Novembro, a 3ª edição da Feira Internacional das Pescas e Aquicultura de Angola, para demonstrar o potencial pesqueiro e as oportunidades de negócios para empresas.

DIRECTOR DA EMPRESA DEFENDE SUBIDA DO PREÇO DO BILHETE DE PASSAGEM

Facturação da Tura em queda acentuada

CUSTOS. A empresa privada de transportes públicos, Tura, está a atravessar um 'mau ambiente' de negócios. Os autocarros degradam-se cada vez mais rápido, aumentando os custos de manutenção.

Por António Miguel

O

director da Tura (Transporte Urbano Rodoviário de Angola), José Augusto, afirmou que o rendimento da

empresa se encontra em declínio, desde os últimos dois anos, tendo preferido, no entanto, não avançar os números que representam as perdas. "A Tura só não fecha as portas, porque fazemos grandes engenharias financeiras. A situação não está fácil."

Segundo José Augusto, o índice de deterioração dos autocarros é cada vez mais alto, devido à má

utilização por parte dos passageiros, bem como o mau estado das estradas, primárias e secundárias, o que está a provocar custos elevados. "Há países em que, quando o autocarro está cheio, mais ninguém entra. O condutor faz um sinal e as pessoas percebem logo. Aqui agredem o condutor", comparou, acrescentando que um autocarro normal tem capacidade para entre 80 e 85 pessoas, "mas os nossos chegam a transportar 130 pessoas".

A Tura tem cerca de 45 autocarros, mas muitos destes meios encontram-se paralisados por falta de manutenção. A crise cambial dificulta ainda mais as operações da empresa. Até 2014, a manutenção mensal de um autocarro custava até três mil dólares, actualmente os valores podem atingir até sete mil dólares, sendo que a aquisição

45

É o número de autocarros que constituem a frota da TURA.

dos autocarros custa entre 110 mil e 240 mil dólares.

As 'dores' não cessam por aí. Os autocarros da Tura, que não têm concessionária em Angola, são fabricados na China, país de onde também saem as peças sobresselentes. O processo de importação deste material leva entre quatro e seis meses, tempo em que as máquinas também ficam



José Augusto, director-geral da TURA.

inoperantes à espera de manutenção, com consequentes perdas avaliadas em 500 dólares por dia. "Temos de andar aí a vasculhar o mercado. Temos autocarros parados há cinco meses, por falta de para-brisas, que é dos componentes que a população mais danifica", denuncia José Augusto.

O director da Tura entende que o actual preço do bilhete, de 30

kwanzas, deveria ser revisto, apontando que o custo real do transporte está à volta de 200 kwanzas. "O Estado pagaria cem kwanzas e o passageiro pagava a outra metade", defende, indicando que, apesar da crise, nenhum trabalhador foi despedido. Criada em 2001, a Tura tem 485 funcionários e opera nas linhas interprovinciais Luanda-Malange e Luanda-Uíge.

EMPRESA ALCANÇA 10,84% DA QUOTA DE MERCADO

Robert-Hudson detém vende 423 viaturas em 4 meses



Por Valdimiro Dias

O

grupo Robert Hudson, agente concessionário da marca Ford, vendeu 423 viaturas, nos primeiros quatro meses de 2016, reclamando 10,84% da quota global do mercado, revelou o administrador delegado da empresa, Gabriel Almeida, em exclusivo, ao VALOR.

A Ford Ranger continua a ser a

'pick up' mais vendida em Angola, desde 2012, segundo a empresa, posição de liderança reforçada pelas vendas em 2016 que atingiram, neste segmento, uma quota de 28%.

A crise económica já provocou uma quebra global de 91,2% na importação de viaturas nos primeiros três meses de 2016, segundo o relatório estatístico do Conselho Nacional de Carregadores, razão pela qual a Robert Hudson aposta num plano de gestão de stocks e de encomendas "bastante criterioso". A prioridade passou a ser a aquisição de peças "com intuito de manter o parque automóvel circu-

lante", enquanto as encomendas de viaturas novas ficaram restringidas aos modelos solicitados pelos clientes. Gabriel Almeida estima que, "perante todos os constrangimentos decorrentes da crise, alguns operadores não consigam superar e desistam", no entanto espera que o ambiente concorrencial que se criou nos últimos anos se mantenha nos automóveis, "com benefícios claros para o sector e para os consumidores".

Para a Robert Hudson o maior desafio passa por tentar manter o ritmo de novidades a introduzir no mercado angolano, "acompanhar as

movimentações estratégicas e as alterações do comportamento de compra do consumidor", mas não descarta a aposta na diversificação do negócio, "como caminho para combater a crise e inovar".

Dados da Associação dos Concessionários de Equipamentos de Transportes Rodoviários (ACETRO), em 2015, revelam que a venda de automóveis caiu 53,4% em relação a 2014. Em 2016, a queda já está estimada em 59%, tendência que se deve agravar nos próximos meses, com a escassez de peças "a fazer-se sentir também cada vez mais no mercado".

(In)formalizando

AUMENTO DE ACIDENTES E AVARIAS FAZ A TENDÊNCIA

Oficinas de bairros: um negócio rentável

AUTOMÓVEIS. O negócio das oficinas é um dos que mais cresce em todo o país. Há cada vez mais carros a circular e também mais avarias e mais acidentes. Não faltam clientes tanto nas oficinas formais, como nas 'oficinas' de bairro, com preços variáveis.

Por Amélia Santos



Lucia de Almeida © VE

O tempo chuvoso é o mais favorável para os mecânicos. É nesta época que há mais acidentes como despistes, colisões, embates entre viaturas e contra os lancis, mas também perda dos rolamentos, motores gripados entre outros danos. O negócio cresce com a chuva e os clientes precisam de mais materiais.

Nas oficinas informais, os clientes compram as peças nas lojas que o mecânico dá como referência, mas a realidade é diferente para as formais que já oferecem uma gama mais completa. O negócio é rentável, reconhecem os profissionais, mas também tem “bons e maus momentos”.

Localizado no bairro Mártires de Kifangondo, a oficina de Fernando Gonçalves é uma das mais antigas. Mecânico com 60 anos, começou aos 13 como ajudante, e em 1975 criou o seu próprio espaço onde trabalha até hoje. Na oficina, presta-se serviços de pintura, mecânica e bate-chapa e prestação de outros serviços.

Por lá, já passaram vários trabalhadores que beneficiaram de formação. A empresa conta com cinco funcionários, que fazem pintura, bate-chapas e mecânica. Não tem mais funcionários, porque

com a crise “não dá para empregar muita gente, porque os clientes também são em menor número”. Em tempos mais favoráveis, chegou a empregar entre 10 e 15 trabalhadores.

Estipular os preços de cada conserto é uma tarefa difícil, porque cada avaria tem um valor próprio, que depende muito da marca de carro, do tipo de cliente (há preços de ‘amigos’) e da própria avaria. Mas, por exemplo, a pintura de um carro médio, como o Kia Picanto, fica por 100 mil kwanzas.

Por semana, pode receber cerca de três a quatro clientes, mas é no final do mês que o movimento se torna mais intenso, em que os clientes aproveitam o salário para arranjar os carros.

Já no local onde trabalha Hamilton da Silva, de 31 anos, na Calemba, em Luanda, um quintal improvisado como a oficina, a especialidade é só mecânica. As tabelas de preços variam também,

100

Mil kwanzas é o valor médio para a refinação de um motor de I10

500

Mil kwanzas é o valor médio para a refinação de um motor de V8

muitas vezes, conforme o tipo de cliente, o carro e a avaria que o automóvel apresentar.

Hamilton da Silva ambiciona criar uma oficina própria. Apesar de ter apenas o quintal para arranjar os carros, actualmente, trabalha com quatro jovens entre profis-

sionais e aprendizes, num espaço cedido por um amigo que também é mecânico. Em média, recebe dois a três carros por semana.

Para entregar um automóvel pronto, a oficina demora, em média, cerca de três a cinco dias, apesar de também depender muito do tipo de avaria. No caso de haver necessidade se retirar o motor da viatura e reparar, pode demorar no máximo três dias. Do que sabe, explica, Hamilton da Silva tenta transmitir aos mais novos.

O mecânico admite existirem muitos mecânicos que “não são honestos” e que, muitas vezes, entram em conflito com os clientes, porque recebem muitos carros e “depois não conseguem dar conta do recado”. No entanto, lamenta que haja muitos clientes que não pagam o que lhes é cobrado. “A honestidade de um mecânico mede-se pelo número de trabalhos que recebe, tendo em conta o número de funcioná-

rios que tem e a disponibilidade”, esclarece. No seu quintal, cobra, por exemplo, pela refinação de um motor de um I10 cem mil kwanzas, enquanto o de um V8 pode chegar aos 500 mil.

A profissão é rentável porque há sempre trabalhos por fazer. “Raramente passamos um fim-de-semana sem trabalho.” Há 15 anos como mecânico, já conseguiu comprar um terreno e está a edificar a sua casa. O pai foi a sua grande influência.

Eivaldo do Rosário é outro jovem que trabalha como mecânico há pouco menos de um ano, no Bairro Popular, numa das quatro oficinas que o seu tio tem espalhadas por Luanda. Formado em mecânica, o jovem de 28 anos espera um dia ter o seu próprio espaço e não hesita em recomendar a outros jovens que sigam esta profissão, mesmo àqueles que “gostam do imediatismo” ou de empregos com mais visibilidade.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

- Blocos
- Abobadilhas
- Lancil
- Pavê
- Lajetas
- Manilhas
- Grelha de enlramento
- Tubos
- Cones
- Caixas de visita

✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS

- Vigotas
- Painel e Laje Alveolar
- Laje TT
- Ripas

✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Estrada das Terras Verdes
km 1 Caope Velha Funda - Cacuaco – Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerangola.co.ao | www.concerangola.co.ao

DE JURE

O FUTURO DA ARBITRAGEM EM ANGOLA (I)



Prof.ª Dr.ª
Elisa Rangel
Nunes

Jurista

Aqui há uns anos, a expectativa de trazer para Angola uma forma diferente de mediação de conflitos, que fosse menos morosa e dependente da vontade das partes envolvidas em determinado negócio jurídico, depois de muitos penares e tempos de espera, lá foi conseguida com a aprovação, pela Assembleia Nacional, em 2003, da Lei da Arbitragem Voluntária, cujos trabalhos preparatórios assentaram nos princípios que estão patentes na Lei Modelo de CNUDCI ou UNCITRAL de 1985.

A partir da altura em que essa Lei de 2003 entrou em vigor, muitos litígios têm sido resolvidos, por via de arbitragem 'ad hoc', com tempos processuais mais suaves do que os que têm caracterizado a justiça estadual.

Até já foram autorizados pelo poder executivo dois centros de arbitragem institucionalizados, tudo levando a crer que o instituto de arbitragem veio para ficar e tem vindo a implantar-se muito bem.

Em 2010, com a entrada em vigor da Constituição, este texto fundamental não deixou de acolher uma norma (artigo 174.º, n.º 4) sobre a faculdade de serem dirimidos litígios por meios extrajudiciais, remetendo para a lei a sua constituição, organização, funcionamento e competência. Significa que tais meios alternativos de resolução de conflitos passaram a ter assento constitucional.

Recentemente, num dos jornais editados em Luanda, A Capital foi publicada a estrondosa notícia de que o presidente do Tribunal Provincial de Luanda suspendera dois árbitros entre os quais me encontrava eu, numa arbitragem internacional, por lhe terem tentado usurpar os poderes que a lei lhe conferia, por ocasião da recusa de um dos três árbitros, por uma das partes litigantes.

O jornal não explicou de que tipo de tentativa de usurpação se tratou, mas, quando se trata de querer deitar a baixo alguém em público, tudo serve. Imagine-se lá eu a usurpar poderes a alguém, muito menos, no exercício de uma função de responsabilidade como é o poder jurisdicional.

Há quem, de facto, seja pouco profissional e troque favores pelo profissionalismo. Não é o meu caso, nem nunca foi.

Na modéstia e abnegação pelo trabalho, tive um percurso profissional e académico limpo e em tudo o que fiz saí sempre de cabeça levantada. Há quem não possa dizer o mesmo, infelizmente!

Nem tão-pouco é verdadeira a podridão de que acusam o presidente do tribunal arbitral, que, tendo sido juiz presidente do Tribunal Supremo de Cabo Verde, não vinha sujar-se para Angola, em tamanha imprudência, não. Seria acto de pouca maturidade e, senão mesmo, uma imprudência profissional.

Diz-se que em Cabo Verde os altos profissionais da justiça e outros são pessoas honestas, são verdadeiros quadros ao serviço da pátria.

E a minha perplexidade aumentou, ao ter sido alvo de tal aviltamento, porque as regras que orientam as arbitragens internacionais e a lei angolana da arbitragem voluntária não contêm norma nenhuma que pudesse fundamentar aquela suspensão.

As regras da UNCITRAL de 1976 (artigos 9.º a 12.º), a propósito da recusa e renúncia de árbitros, determinam que, havendo motivos que se prendam com a independência e/ou imparcialidade de um árbitro, uma das partes pode pedir o seu afastamento, dando conhecimento disso à parte contrária, ao árbitro recusado e aos restantes árbitros.

Se no prazo de 15 dias, a parte contrária não concordar com a recusa ou o árbitro não se escusar, a parte recu-

sante deve dirigir-se a uma entidade que tenha sido escolhida como entidade de nomeação de árbitros, para que esta decida sobre a impugnação do árbitro recusado.

Por sua vez, as Regras da UNCITRAL, de 2010 (artigos 10.º a 13.º), embora o procedimento para se desencadear a impugnação do árbitro seja de algum modo semelhante, divergem quanto a prazos, pois a entidade nomeadora de árbitros só pode ser chamada a intervir no prazo de 30 dias.

A Lei da arbitragem voluntária, cujo artigo 10.º determina que a decisão sobre a impugnação de um árbitro, caso uma das partes não concorde e/ou árbitro não apresente a sua escusa, é da competência do próprio tribunal arbitral.

Embora a notícia não tenha referido em que qualidade aparecia o presidente do Tribunal Provincial, esclareça-se que fora escolhido pelas partes para desempenhar a função de entidade ou autoridade nomeadora. Daí a atonia de qualquer entendimento em arbitragem aumentar exponencialmente perante tal situação insólita.

É que o presidente do referido tribunal, naquela qualidade, não podia actuar como juiz de Direito que é, por carreira, pois o lugar de autoridade de nomeação poderia ser desempenhado por ele ou por outra ou qualquer pessoa. A qualidade que exerce em sede do processo arbitral é uma função administrativa e não uma função jurisdicional, como a que exerce enquanto juiz de Direito.

Ao passo que o árbitro no exercício dessa função goza de poderes jurisdicionais, tal como goza um juiz

de Direito no exercício desse cargo, embora este em nome do Estado e aquele em nome das partes. E o processo em causa é arbitral e não judicial.

Mais ainda, é bom que se diga que o tribunal arbitral não mantém nenhuma relação de dependência respeitante àquela autoridade de nomeação, que, por mera coincidência, no caso concreto, era um órgão jurisdicional, mas a quem, no exercício dessa função administrativa, não lhe é conferido a faculdade de suspender árbitros, fazendo parar o funcionamento de um tribunal arbitral. E essa não dependência é determinada pelos artigos 179.º da Constituição da República de Angola e pela Lei de Arbitragem Voluntária.

Se os árbitros foram suspensos, em função da qualidade da autoridade nomeadora, tal suspensão é demasiado grave e atenta contra os mais básicos princípios que norteiam a arbitragem voluntária, pondo em causa a independência deste meio de resolução de litígios em relação aos tribunais estaduais, sempre que as postas os indiquem para a função de entidade nomeadora.

Mal estará a arbitragem voluntária, em Angola, se o tribunal arbitral do caso noticioso tiver deixado de praticar os actos que lhe competem no âmbito do processo arbitral, pois ele funcionará como um precedente para outros casos que aí venham.

Se o objectivo da abertura de centros de arbitragem se destina a chamar para Angola a solução de litígios que decorram de contratos celebrados em Angola ou entre empresas e entidades angolanas e empresas e entidades estrangeiras, ou cuja execução se realize no território angolano e aos quais seja aplicável a lei angolana e não normas de direito estrangeiro, então haverá que tomar mais cautela quanto à actuação dos tribunais judiciais quando chamados a desempenharem o papel que, neste caso, foi exercido, e pelos vistos extravasando poderes, pelo presidente daquele Tribunal.

Luanda, 17 de Novembro de 2013

*Texto extraído da obra 'Crónicas de um criticismo acríptico', 1ª edição, Março de 2016

A Lei da arbitragem voluntária, cujo artigo 10.º determina que a decisão sobre a impugnação de um árbitro, caso uma das partes não concorde e/ou árbitro não apresente a sua escusa, é da competência do próprio tribunal arbitral.





Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na tpa.

Reposição às segundas-feiras à 01h.



www.tpa.ao

NOVE REGRAS PARA SE SER UM BOM GESTOR

Lemas que são lições de vida

EMPREENDEDORISMO. As escolas de formação de gestão e empreendedorismo incentivam os alunos e formandos com várias iniciativas, mas, no topo delas, surge a motivação pessoal. Aqui recorrem a frases, criadas por empresários de grande sucesso, ou por investigadores na área de gestão e que se transformaram em lemas de vida. Conheça algumas delas - e as explicações - que se tornaram verdadeiras lições de vida.

**1. INVESTIR**

Jim Rohn,
Empreendedor

Se não planear a sua própria vida, aumentam as possibilidades de encaixar no plano de vida de alguém.

Apesar de haver riscos em ser um empreendedor, é preciso pensar nos perigos que existem em trabalhar numa empresa. Um emprego depende de variáveis que não estão sob seu controlo. Se empreender, fica apenas a depender (quase) de si próprio para se manter activo.

**4. MODERNIZAR**

Bill Gates,
Empreendedor

A primeira regra de tecnologia nos negócios é que, quando ela for usada num sistema eficiente, melhora a sua eficiência. A segunda regra é os automatismos aplicados a uma operação ineficiente vai aumentar ainda mais a ineficiência.

Vale lembrar que essa citação também serve para contratações. Primeiro, é preciso definir um sistema, depois implementar rotinas no uso da tecnologia. Uma das piores coisas que pode fazer é dificultar a gestão da empresa ao criar processos desnecessários com o incremento da tecnologia.

**7. FAZER O IMPOSSÍVEL**

Pearl S. Buck,
escritora

Os jovens não sabem ser prudentes, por isso, tentam coisas impossíveis - e conseguem atingi-las geração após geração.

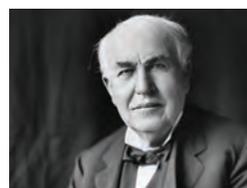
Impossível é puramente uma questão de ponto de vista. Nada é impossível para alguns e tudo é impossível para outros. Os gestores devem definir como meta o que é possível hoje. Quando se chega lá, fica-se com uma infinidade de possibilidades por explorar.

**2. INOVAR**

Ralph Waldo Emerson,
Poeta

Não vá onde o caminho o pode levar. Vá para onde não haja caminho e deixe sua marca.

O problema de avaliar o próprio negócio, utilizando apenas como referência a concorrência. Os conselheiros de gestão aconselham a fazer a diferença.

**5. VALORIZAR O TRABALHO**

Thomas Edison,
Inventor e Empreendedor

As oportunidades são perdidas porque estão maquiadas e ficam iguais ao trabalho.

Se acha que empreender é bonito, fácil e estratégico, esqueça. Dizer que os fundadores do Google tiveram sorte também é subestimar o trabalho deles. Empreender exige trabalho, dedicação e devoção. A maior barreira entre ser bem sucedido ou não é o trabalho (bem feito) todos os dias.

**8. ENRIQUECER**

Richard Branson,
Empreendedor

Iates ridículos, aviões particulares e grandes 'limousines' não trazem mais felicidade e, ainda por cima, passam uma má imagem para quem trabalha consigo. Esse dinheiro seria muito melhor gasto em África - a essência é encontrar o equilíbrio.

O dinheiro é uma mera contagem de resultados. Ter como meta tornar-se milionário ou uma conta elevada no banco é ignorar 99% das coisas que fazem a felicidade. Um gestor deve fazer alguma coisa que possa gerar benefícios individuais e para sociedade.

**3. CONTRATAR**

Peter Schutz,
Empreendedor

Contrate carácter, treine a técnica.

Muito mais difícil do que se ensinar as técnicas e os segredos da profissão é passar valores. O melhor mesmo é contratar pessoas que partilhem os valores da empresa que o resto chega facilmente.

**6. PERSISTIR**

Michael Jordan,
Lenda do Basquete mundial

Já errei mais de 9000 vezes na minha vida. Perdi quase 300 jogos. Em 26 ocasiões, confiaram o lançamento livre e errei. Falhei muitas e muitas vezes na minha vida e é por isso que venci.

Um lenda do desporto mundial, como Michael Jordan, merece ter a opinião reconhecida, pois valoriza muito a questão do tentar, tentar e tentar. Sabe que vai errar, mas também sabe que pode acertar muito mais.

**9. AGIR**

Willis R. Whitney,
Químico

Algumas pessoas têm milhares de motivos para não conseguir fazer algo, quando o que precisam é um motivo para fazer.

Arranjar desculpas é uma das coisas mais fáceis do mundo. O importante é estar focado no que é positivo, em incentivos e objetivos que o possam inspirar cada gestor e os parceiros de negócio. A tática é filtrar as críticas e comentários negativos.

O CAMINHO PELA FRENTE



Prof.ª Dr.ª
Laurinda
Hoygaard
Economista

Uma nova estreia. Num jornal recente, de gente jovem, mas experiente e arejada com vontade de progredir e fazer acontecer mais progresso no país que comungamos – Angola. Não falarei das grandes tendências globais, nem das lógicas de desenvolvimento dos diferentes blocos geo políticos, económicos e estratégicos mundiais. Não falarei das influências que as decisões dos Grandes do Poder Mundial (entenda-se corporações multinacionais, blocos económicos, associações que governam o mundo e países poderosos) exercem sobre nós. Falarei apenas, e de forma breve e simples, do alinhamento de Angola na Região dos Grandes Lagos.

Com origens que remontam a 35 milhões de anos e profundidades que, nalguns casos, são as maiores do mundo, os ‘Grandes Lagos Africanos’ separam e unem países, partilhando as margens, Tanzânia, Quénia e Uganda (lago Victoria), República Democrática do Congo com Uganda (lagos Eduardo e Alberto), com Ruanda (lago Kivu) e com Tanzânia e Burundi (lago Tanganika). Noutros casos são os rios onde as águas dos lagos aportam que estabelecem a ligação física de países como Angola e Congo Democrático à região. Mas a República Centro Africana, o Sudão e o Sudão do Sul, bem como a Zâmbia, também integram a região, mesmo sem conexão material.

Estes 12 países, ligados ou não fisicamente, decidiram unir as suas forças na concretização de objectivos de paz, de progresso e de desenvolvimento, designando a organização que os une, como ‘região dos Grandes Lagos’. Esta região agrega territórios na ordem dos 7% de toda a superfície terrestre onde vivem 314 milhões de habitantes que equivalem, aproximadamente, a 5% da população mundial. Além da dimensão mate-



rial e humana, a sua importância radica igualmente na localização geográfica e recursos de o solo e de o subsolo.

Tal como Angola, vários dos países que integram a região dos Grandes Lagos pertencem, em simultâneo, a outras associações regionais da África sub-Sahariana. O que suscita a reflexão sobre o interesse em diversificar esforços, tempos e recursos em diferentes organizações regionais, ao invés de os concentrar numa única.

Historicamente, Angola tem laços muito fortes com a África Austral onde, no âmbito da SADC – Southern African Development Community (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) - foram bem sucedidos projectos políticos decisivos para as independências da Namíbia e do Zimbabué e a eliminação do ‘apartheid’ na África do Sul. Políticas de integração económica, em diversas dimensões, assim como de ajuda mútua, têm produzido resultados interessantes e continuam em curso. A participação de Angola é bem sucedida e o progresso da região continua.

Será boa opção para Angola ‘dispersar-se’ para outros desti-

nos, como a região dos Grandes Lagos? Opiniões certamente divergem. Quanto a mim, creio ser acertado ‘estar’ nas duas organizações regionais – a SADC e os Grandes Lagos. Porque a geografia se potencia, estrategicamente, nas esferas social e económica, além de que a fronteira de Angola com a República Democrática do Congo e com a Zâmbia obriga e cria essa necessidade.

Como a experiência veio comprovando, a contribuição de Angola para o progresso na pacificação de países da região dos Grandes Lagos é muito positiva. Nessa linha, focados na ‘pacificação da região’, os chefes de Estado e de Governo dos 12 países que a integram, reunidos na VIª Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), nos pretéritos dias 14 e 15 do corrente, tendo Angola como anfitriã e líder, confirmaram esses progressos. Foi nessa linha que o Presidente José Eduardo dos Santos, que exerceu o mandato de Presidente da Comissão desde 2014, foi convidado pelos seus Pares a exercer mais um mandato. Aceite o repto, deverá assumir essa grande responsabilidade até 2018.

Na actual fase, os esforços

devem ser orientados para a promoção da paz, da segurança e da estabilidade, com base em princípios estabelecidos num Pacto homólogo. As acções de carácter político, militar e de segurança, predominantes na actual conjuntura, deverão servir de rampa de lançamento do grande objectivo de integração económica.

Os países da região são diferentes em tamanho, demografia, estruturas social e económica e mais. Mas, de um modo geral, têm boas condições para a agricultura, em solos, climas e hidrografia que, com o emprego de tecnologia, poderão tornar a Região numa grande potência agrícola. E, a mais longo prazo, com muita ciência, técnica e ambas aplicadas em tecnologia, permitirão acrescentar valor internamente, transformando o solo e os minerais do subsolo em riquezas dos próprios africanos. Preservando a natureza e protegendo os princípios da equidade entre gerações presentes e destas com as herdeiras.

As potencialidades agrícolas ainda não são exploradas uniformemente por todos. Na maior parte, são os recursos provenientes do solo e do subsolo que garantem recursos públicos e divisas, através da extracção e exportação de matérias-primas. Os impactos sofridos nas economias dos países da Região foram diferentes de acordo com a composição dos respectivos produtos internos brutos e suas relações com o exterior. Os países essencialmente agrícolas mantiveram alguma estabilidade, apesar dos choques de preços, mas aqueles cujas finanças públicas e garantia de processos de consumo e investimento internos dependem da exportação de petróleo ou outros minerais ainda continuam a sofrer da crise. São os tempos da globalização que obrigam a cuidados acrescidos na aplicação de políticas de estabilização macro económica a curto prazo e políticas que reduzam a dependência a médio e longo prazos. As boas relações entre países também contribuem para garantir sucesso futuro.

Será boa opção para Angola ‘dispersar-se’ para outros destinos, como a região dos Grandes Lagos? Quanto a mim, creio ser acertado ‘estar’ nas duas organizações regionais – a SADC e os Grandes Lagos.

Internacional

REINO UNIDO: REFERENDO NA QUINTA-FEIRA

Entre a saída e o ficar na União Europeia

ELEIÇÕES. Vai ser uma quinta-feira histórica para o Reino Unido, caso o referendo se decida pela saída da União Europeia. Os bancos centrais das principais economias já pensam em planos alternativos. Uma deputada, favorável à continuidade, foi assassinada.

Por Emídio Fernando

A imprensa internacional garante que os principais bancos centrais estão a traçar planos para enfrentar uma possível saída do Reino Unido da União Europeia. A ideia é minimizar os efeitos do 'tsunami' que pode afectar as economias em todo o mundo. De acordo com essas notícias, o Banco Central Europeu (BCE), a Reserva Federal dos EUA (FED) e Banco do Japão (BoJ) poderão

implementar mecanismos de urgência para abastecer os mercados com dólares. A principal preocupação é ter liquidez nas semanas a seguir ao referendo.

A decisão dos bancos é baseada nas sondagens que dão conta de uma vitória dos defensores da saída da UE. O referendo está marcado para a próxima quinta-feira, dia 23, e os resultados das sondagens são favoráveis à saída.

Uma das últimas, e que envolveu o maior número de inquiridos, mostrava um aumento da vantagem do Brexit ('saída britânica') sobre os que defendem a permanência. Os pró-saída contabilizam 53% das intenções, contra 47%, num estudo que não permitiu indecisos. Aliás,



em quase todas as sondagens, a vantagem anda à volta dos 6%. No entanto, apenas 17% admite acreditar nos resultados da sondagem. Em 2014, as sondagens na Escócia, que davam a vitória dos independentistas, também se enganaram. Mais recentemente, o ano passado, as sondagens voltaram a errar ao dar a vitória, nas legislativas, do Partido Trabalhista, mas os 'conservadores' é que alcançaram a maioria.

A campanha pela saída tem baseado os argumentos em números. Garante que o Reino Unido é obrigado a pagar, todas as semanas, quase 500 milhões de dólares à União Europeia. Estes fundamentos colhem a simpatia de metade da população, mesmo

quando a maioria dos economistas e de organizações como a OCDE nega e acusa os apoiantes do Brexit de usarem "informações enganadoras".

Bill Gates escreveu uma carta aberta, publicada pelo jornal Guardian, a alertar que uma possível saída vai tornar o Reino Unido "significativamente menos atractivo para empresários e investidores". O homem mais rico do mundo, e que já investiu mais de mil milhões de dólares no Reino Unido, refere que o país fica "mais forte, mais próspera e mais influente" se ficar na UE.

A campanha foi suspensa a semana passada depois do assassinato da deputada trabalhista, em plena rua, com três tiros e

uma facada. Jo Cox tinha 41 anos e destacava-se por lutar pela continuidade do Reino Unido na UE, mas sobretudo pelas intervenções em defesa dos emigrantes que chegam à Europa.

A polícia deteve o autor do homicídio que já tinha ameaçado a deputada, apesar dos vizinhos assegurarem que se trata de uma pessoa "sossegada, educada e obcecada por livros" e que era "dedicado ao voluntariado". Testemunhas garantem que, na altura dos disparos, o homem, de 52 anos, gritou 'Britain first' (Grã-Bretanha em primeiro), nome do partido de extrema-direita. A polícia anunciou que o homem tem ligações a organizações racistas.

PORTUGAL

Bancos em perdas

Nos últimos cinco anos, os quatro principais bancos portugueses, todos com ligações a Angola, contabilizaram imparidades de quase 30 mil milhões de dólares relativas a créditos e a participações financeiras.

Esse valor equivale a cerca de 14% do PIB português e a um terço do resgate da 'troika' (FMI, UE e Comissão Europeia) a Portugal.

Mais de 65% destas imparidades está relacionada com empréstimos a particulares e a projectos colectivos que as instituições admitem não vir a recuperar. O restante é reconhe-

cimento de perdas potenciais associadas a investimentos financeiros e no imobiliário.

O banco que registou mais imparidade foi o antigo BES, hoje transformado em Novo Banco, que, entre 2011 a 2015, perdeu mais de 11 mil milhões de dólares. Por seu turno, o BCP (o segundo maior) levou a perdas de nove mil milhões de dólares. O mais pequeno, o BPI, identificou apenas um total de 2600 mil milhões, dos quais mil milhões por financiamentos que não ser devolvidos.

Apesar de ser o maior ban-

co português e logo com a maior quota de mercado no crédito, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) teve imparidades de oito mil milhões de dólares.

Depois da divulgação destes números, o presidente do Deutsche Bank Portugal, Bernardo Meyrelles de Souto, defendeu que a baixa rentabilidade dos bancos portugueses tem "dificultado a atracção de capital, quando é tão necessário" e que esse capital virá sobretudo de "países com interesses estratégicos, como Espanha e Angola".





O PRESIDENTE RUSSO, Vladimir Putin, decretou a realização de eleições para a Câmara Baixa do Parlamento (Duma) para o próximo 18 de Setembro. A data já tinha sido divulgada, mas o processo eleitoral dependia do decreto presidencial.



A SEGUNDA caixa negra do avião egípcio, que caiu no mar a 19 de Maio, foi encontrada. O aparelho, com registo de voz, dá uma precisão do que aconteceu antes do acidente que provocou a morte a 163 pessoas.

BRASIL

Novela sem fim

A confusão política no Brasil entrou numa nova etapa com a ameaça de haver um novo 'impeachment' a quem beneficiou do 'impeachment' anterior. Michel Temer, presidente interino e que substituiu Dilma Rousseff, aparece envolvido em mais um escândalo de corrupção, denunciado por Sérgio Machado, um delator, que envolveu 25 políticos, no caso Petrobras. Foram 30 milhões de

dólares desviados, garantiu. O gabinete presidencial rejeita as acusações e acusa o ex-presidente da Transpetro, uma subsidiária da Petrobras, de ser "leviano".

Sérgio Machado contou aos investigadores a participação de Michel Temer, no escândalo do Petrolão, garantindo que pagou quase 30 milhões de dólares para um "fundo de comissões", com conta na Suíça, gerido por Temer.

A oposição já equaciona pedir o 'impeachment' do presidente interino. Além de Temer, são citados o presidente do Senado, Renan Calheiros, dois ministros do actual governo, o recém-afastado ministro do Planeamento, o ex-presidente José Sarney, o governador do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, mais oito senadores. O ministro do Turismo, também citado, pediu a demis-

são, sendo o segundo homem a abandonar o governo num mês.

Na primeira quinzena de Agosto, os 81 senadores, sob a presidência do juiz do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, vão votar o 'impeachment' de Dilma Rousseff. Se dois terços optarem pela destituição, Temer fica presidente efectivo, caso contrário a presidente suspenso regressa ao cargo.



REFUGIADOS

MSF rejeita apoio europeu

Os Médicos Sem Fronteiras (MSF) anunciaram que vão rejeitar qualquer financiamento da União Europeia (UE), em protesto contra o acordo estabelecido com a Turquia. O acordo destina-se a travar a entrada de refugiados em território turco.

A MSF argumenta "não poder aceitar fundos da UE ou dos Estados-membros ao mesmo tempo que estes ameaçam as vítimas com as suas políticas", refere uma mensagem divulgada pela organização humanitária no Twitter.

O secretário-geral, Jerome Oberreit, considera que o acordo "vai contra os princípios fundamentais do fornecimento de auxílio". "Isto compromete o próprio conceito de refugiado", declarou à agência Reuters.

Através da oferta de auxílio financeiro e benesses políticas, como facilidades de entrada dos seus cidadãos na UE, a Turquia

acedeu barrar o fluxo de refugiados que atravessavam o território para chegarem à Europa. "O que o acordo UE-Turquia representa é o último desenvolvimento de uma longa linha de políticas que, na verdade, vão contra princípios fundamentais que permitem fornecer assistência a pessoas extremamente necessitadas", disse Jerome Oberreit.

A UE encetou também negociações para acordos semelhantes com outros 16 países, entre os quais a Eritreia, Somália e Afeganistão, quatro das maiores fontes de refugiados. O Quênia também invocou o acordo UE-Turquia para justificar o fecho do maior campo de refugiados do mundo.

Os MSF garantem que os seus pacientes não vão ser afectados pela rejeição do financiamento da UE, porque a organização vai usar os fundos de emergência. Os donativos de privados representam 92% do financiamento da organização que, no ano passado, recebeu 63 milhões de dólares da UE e dos seus Estados-membros.

VENEZUELA

Tribunal julga parlamento

O presidente da Venezuela anunciou um "julgamento histórico" do Tribunal de Justiça (STJ) contra a direcção do parlamento, em que a oposição tem a maioria. O STJ vai julgar a acusação de Nicolás Maduro ao parlamento de ter "usurpado poderes" da competência do Executivo. "Foi publicada uma decisão do STJ perante uma acção que interpus para que se restabeleça e se resolva a usurpação de funções", anunciou Nicolás Maduro, numa reunião com membros do governo transmitida pelas rádios e televisões.

O STJ da Venezuela suspendeu as iniciativas legislativas da Assembleia Nacional.

O presidente venezuelano anunciou ainda que foram detidas várias pessoas por participarem nas pilhagens de estabelecimentos comerciais ocorridas nos últimos dias e que elas estariam ligadas aos partidos da oposição. "Encontrámos provas, vídeos, fotografias dos detidos, vinculados com a ultradireita", disse, precisando que os detidos vão ser acusados de delitos pelos quais podem ser penalizados com até 20 anos de prisão.

A Venezuela tem restrições de abastecimentos, cortes de combustível, redução de dias de trabalho que visam enfrentar a crise económica.



ESTADOS UNIDOS

Massacre abala política

Omar Mateen nasceu e sempre viveu nos EUA, comprou armas nos EUA, fabricadas pelos próprios EUA e, com elas, matou 50 pessoas, ferindo outras 53, numa discoteca, em Orlando, nos EUA.

O local era frequentado maioritariamente por homossexuais. Foi o maior massacre da história do país depois dos ataques a Nova Iorque que dizimaram mais de três mil pessoas. As autoridades policiais deram conta que Omar Mateen ligou para o telefone de uma esquadra de polícia para declarar lealdade ao grupo extremista auto-denominado Estado Islâmico.

Além de histórico, este foi o ataque número 373, com armas de fogo, em apenas um ano em solo norte-americano. O que dá uma média superior a um por dia. O uso de armas tem motivado preocupações acrescidas ao presidente Barack Obama que já defendeu uma limitação na venda, mas foi barrado pelo Congresso.

O massacre entrou também na querela política. No rescaldo, o candidato republicano às eleições presidenciais, Donald Trump, deu a entender que Obama terá estado envolvido nesse ataque. "Somos liderados por um homem que ou não é forte o suficiente, ou não é esperto o suficiente ou então tem outra coisa totalmente diferente em mente", acusou, em entrevista à Fox News. "As pessoas não conseguem acreditar que o presidente Obama aja da maneira que age e que não consegue sequer mencionar as palavras 'terrorismo radical islâmico'. Alguma coisa se passa, isto é inconcebível", reafirmou. Pela primeira vez, o presidente dos EUA respondeu directamente à acusação, fazendo duras críticas a Trump, chamando-o "populista pela retórica que visa o ódio" e questionando o objetivo de usar a expressão "terrorismo radical islâmico", sobretudo em referência a "um ataque de um lobo solitário que parece ter agido, mais que tudo, por causa da homofobia".

Educação & Tecnologia

PORTAIS E SÍTIOS ANGOLANOS LIGADOS À EDUCAÇÃO

As apostas não param, apesar do fraco acesso à internet

INTERNET. Apesar de o Censo ter confirmado que pouco mais de 10% dos angolanos tem acesso à internet, não faltam organizações empenhadas em criar sítios e portais de educação. Entre informações sobre as ofertas das universidades, há também livros gratuitos... para quem tem internet.

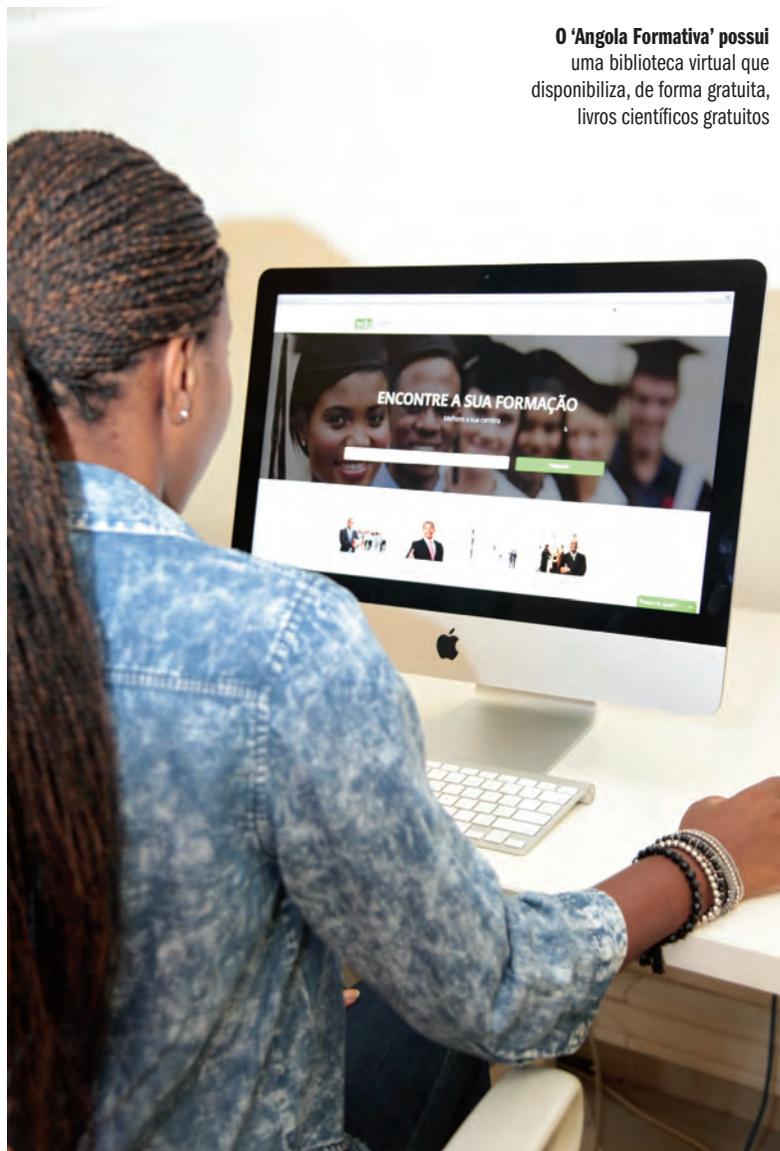
Por Onélio Santiago



Os dados do Censo de 2014, divulgados em definitivo este ano, revelam que, entre a população com cinco ou mais anos de idade,

apenas 10,2% tem acesso à internet. Estes números, no entanto, não têm impedido o surgimento de portais e 'sites' ligados à educação, tanto entre os angolanos, como entre os estrangeiros residentes no país. Criado em 2013 por Tanda António, um estudante angolano residente em Portugal, o 'Angola Formativa' é um portal que fornece dados sobre o sistema de ensino superior angolano. A plataforma disponibiliza um catálogo de informações sobre as universidades angolanas. O conteúdo, cujo acesso é gratuito (desde que o consultante tenha acesso à internet), contém desde o número de cursos leccionados pelas universidades às informações sobre as estruturas e programas de bolsas.

O 'Angola Formativa' possui ainda uma biblioteca virtual que disponibiliza, também de forma gratuita, mais de 100 livros ligados à investigação, literatura, história, etc. No total, estão cadastradas mais de 30 universidades e institutos superiores, além das escolas que ministram pós-graduações. Grande parte das informações sobre as instituições cadastradas é adquirida através de pesquisas públicas, embora haja também a possibilidade de as



O 'Angola Formativa' possui uma biblioteca virtual que disponibiliza, de forma gratuita, livros científicos gratuitos

próprias universidades recorrerem ao portal para se inscreverem. De forma individual, os internautas também podem adicionar cursos e informações sobre as universidades em que estudam. Tanda António, que também é co-editor do portal, entende que esta aber-

10%

Da população angolana tem acesso à internet.

Redes preocupam

Na internet, existem dezenas de redes sociais, algumas delas também usadas para fins educativos. O 6.º Mapa Mundial das Redes Sociais, publicado em Fevereiro pelo site Iredes, coloca o Facebook como a maior rede social do mundo, com mais de mil milhões de usuários, como instituições ligadas à educação, estudantes, professores e individualidades de diversos ramos da sociedade. Em Angola, o uso das redes sociais ainda divide opiniões, havendo quem defenda uma regulação por parte do Estado, enquanto outros as consideram autorreguladas. Em meado de 2015, o Presidente da República desafiou o parlamento a 'repensar' o assunto. Desde o repto de José Eduardo dos Santos, o uso das redes sociais tornou-se tema de debates nas rádios e televisões, além de palestras em universidades e escolas do ensino geral. Só na semana passada, houve duas palestras sobre o uso correcto das redes sociais em Luanda, uma na Escola de Formação de Professores 'Garcia Neto' e outra no Colégio Kibangas, tendo a última sido organizada por estudantes da UAN.

a possibilidade de adicionar os cursos no portal", explica o jovem de 23 anos, referindo que o contacto com as universidades é "permanente", permitindo que se actualizem e/ou corrijam as informações.

Não apenas de angolanos, no entanto, 'vivem' os portais de educação no país. O espanhol Luís Verdeja, de 38 anos, criou, em Março, o 'Educartes'. A plataforma, que pode ser acedida gratuitamente através do endereço www.educartis.co.ao, propõe-se reduzir as dificuldades no acesso à informação sobre as ofertas de educação/formação existentes no país. O Educartis fornece informações sobre os cursos ministrados nas universidades e disponibiliza endereços electrónicos (tanto de universidades como de outras instituições de ensino) que os internautas podem usar para se inteirarem da realidade da instituição em que se pretendem inscrever. Estão disponíveis, entre outros aspectos, horários, custos dos cursos, bem como os programas. Ainda este ano, o Educartis prevê criar uma rede de bolsas de estudo, onde se possam reunir informações como o número de vagas, as instituições que as disponibilizam e os critérios de acesso. Para este trabalho, que Luís Verdeja reconhece "não ser nada fácil", o Educartis deverá estabelecer parcerias com o Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudos (INAGBE), embaixadas e outras organizações.

Embora à primeira vista o Educartis se confunda com um projecto filantrópico, Luís Verdeja, que também dirige a Jobartis, um dos maiores portais de emprego de Angola, revela que se "trata de uma organização económica". Depois de se "constituírem as bases", explica o espanhol, a instituição vai passar a cobrar pelas informações que as universidades solicitarem. Os estudantes, no entanto, vão continuar a aceder ao portal gratuitamente.

Além de Angola, o Educartis também possui informações educacionais sobre a Nigéria. Para se aceder aos dados daquele país, os internautas devem procurar pelo endereço www.educartis.co.ng. Na forja, estão os portais sobre a África do Sul, a República Democrática do Congo e outros países. A ideia é transformar o projecto numa iniciativa pan-africanista, onde qualquer um, usando as três línguas mais faladas no continente, se possa informar sobre as ofertas na educação.

Ambiente

NUMA UNIVERSIDADE DO UGANDA

Estudantes criam autocarro a energia solar

Um grupo de estudantes da Universidade de Makerere, no Uganda, em colaboração com o governo daquele país, desenvolveu o primeiro autocarro movido a energia solar.

O Kayoola tem 35 lugares, duas baterias carregadas por painéis solares no tejadilho, atinge 92 quilómetros por hora e foi um dos projectos de destaque na Assembleia Ambiental das Nações Unidas, na passada quinta-feira. “O que mais temos em África é sol, e uma das coisas que mais nos faz falta são os transportes públicos. Então, decidimos juntar o útil ao agradável e criar o autocarro solar”, explicou



Kayoola é marca do autocarro solar ugandês

140

Mil dólares é o custo do primeiro autocarro.

35

lugares é a capacidade do autocarro solar.

ao jornal espanhol El Pais, Richard Madanda, um dos estudantes da Universidade Makerere contratado pelo governo e vice-presidente para o desenvolvimento da

Kiira Motors, empresa que está a executar o projecto.

No entanto, de acordo com Richard Madanda, “a optimização das baterias é um dos princi-

pais desafios do autocarro solar”.

Outro aspecto pertinente para a circulação do Kayoola, segundo a britânica BBC, é a diminuição dos custos de produção. Os encargos do

primeiro veículo custaram cerca de 140 mil dólares. Contudo, se houver uma produção em massa, esse valor pode vir a ser reduzido para os 58 mil dólares, por unidade.

PUB



A DIVERSÃO MORA AQUI

AS MESMAS CARAS TÊM VIDAS TROCADAS, DE SEGUNDA A SEXTA ÀS 15H20.

Não perca a história de dois irmãos separados à nascença que o destino voltou a juntar, numa novela empolgante, cheia de emoções e boa disposição. Um exclusivo DStv no Canal Telemundo, posição 507.

CANAL 507





Quem é Quem?

Marcas & Estilos

Para banhos sinuosos

O projecto para este banheiro sinuoso é inspirado na imagem de duas tigelas, uma inserida na outra e ligeiramente fora do centro. Este detalhe único permite a criação de uma superfície sobre a qual a instalação de um distribuidor de sabão e torneira. Foi trabalhado na Croácia em mármore bege por mestres artesãos, o que o torna exclusivo.

Pantera de quilates

Única e sofisticada, a carteira da Pantera tem uma cobertura totalmente banhada em ouro e um conjunto de pedras preciosas brilhantes. O acabamento foi prestigiado com uma folha genuína de ouro de 24 quilates.

De olhos em tudo

Esta é a primeira câmara esférica do mundo que consegue fazer uma rotação de 360 graus. É capaz de captar o mundo à sua volta em fotos e vídeos sem que alguma coisa lhe escape 'à vista'.

Italianos genuínos

Pode parecer, mas o conforto que os seus pés encontram nos calçados Mark Chris não são de outro material senão do couro Stingray genuíno de bezerro 'Loafer'. Trata-se de um acessório monogramático feito à mão na Itália.

Transportando prestígio

A Orlebar Brown não quis deixar os seus créditos em 'mãos alheias' e criou a pasta de couro azul 'Taylor'. Tem o estilo de uma sacola com tecido azul, com um tom luminoso em toda a parte. Preto polido, tiras de couro e um fecho no compartimento principal.

Desportivo com classe

O clássico Brasão Nigel Herringbone desportivo apresenta uma silhueta de encaixe, botões de chifre genuínos, lapelas dentadas, mangas compridas com um detalhe de quatro botões em cada punho e bolsos exteriores e interiores. Feito na Itália, contém 55 por cento de lã; 45 de seda e 100 por cento de poliéster. O melhor é que pode ser lavado a seco.



Doces com o coração

Há estudos que garantem que o chocolate vicia, outros apontam-lhe mil virtudes, mas há qualidades indesmentíveis: o sabor e o prazer que proporciona. Foi a pensar nisso tudo que Song Livramento, de 32 anos, criou, em Luanda, a 'Gourmandise Chocolates'. A jovem trabalha o chocolate artesanalmente e é 100% angolano, em que entram ingredientes como o coco, gengibre ou jinguba. Os produtos são feitos por encomenda, mas com 24 horas de antecedência. Os preços variam entre os 2800 kwanzas e os 12 mil. Para receber ao domicílio, em Luanda, custa mais 500 kwanzas e para Morro Bento e Talatona mil. As caixinhas onde os doces são colocados também são personalizadas e nunca há duas iguais, existindo sempre pormenores que distinguem cada embalagem. Cada mês é dedicado a um sabor. Por exemplo, Junho é para o coco. Durante a semana o horário de atendimento é das 9h às 16h30 e aos sábados das 9h às 12h30 e pelos telefone: 998227202

TURISMO

Cidade-museu

Quem quiser experimentar a sensação de passear num museu aberto, Moscovo é o local ideal. A capital da Rússia sempre se destacou pela arquitectura fantástica. As igrejas ortodoxas coexistem com edifícios 'políticos', que foram centros de poder, desde os tempos do Czar.

Circular em Moscovo é fácil. A rede do Metro é um imenso museu. Cada estação é decorada com pinturas, contemporâneas e antigas, e com esculturas em pedra.

Moscovo está dividida pelo rio Moscva que dá o nome à cidade. No verão, tem dias longos. No inverno, chega a atingir os 30 graus negativos, mas nem isso impede um belo passeio pela rua Arbat, dedicada a

artistas alternativos. O Kremlin é uma fortaleza situada no centro e sede do governo da Rússia. É aqui que ainda resiste o mausoléu de Vladimir Lenine, fundador da URSS. É também o local escolhido por muitos jovens para serem fotografados no casamento.

A Catedral Uspenski é a igreja ortodoxa principal da Rússia moscovita. Fica na Praça das Catedrais. Destaca-se abóbadas douradas.

Teatro Bolshoi é um edifício histórico. Foi desenhado pelo arquiteto Joseph Bové para abrigar espectáculos de ópera e ballet. É sede da Academia de Ballet Bolshoi, a mais importante e mais famosa companhia de dança do mundo.



“Tudo o que se vê nas minhas obras são tentativas de expressão do imaginável. Os contornos, as cores e até as figuras surgem mesmo quando quero fugir delas.”

FINEZA TETA, ARTISTA PLÁSTICA

“Ninguém se afirma por um prémio”

ENTREVISTA. Foi a primeira mulher a vencer o Grande Prémio Ensa'Arte, mas rejeita que tenha chegado ao topo: quer dar continuidade à obra. Fineza Teta acredita que a sua arte representa o valor do esforço, tempo, talento e criatividade, mas sente que ainda falta mercado em Angola e indústrias para apoiar a arte.

Por Amélia Santos

mações convictas. Como artista sempre busco a perfeição e as inquietações são constantes.

O que falta?

Alcançar o inimaginável, agarrar o vento e correr sobre as águas.

Quanto custa uma obra sua?

As minhas obras têm o valor do meu esforço, tempo, talento e criatividade, porque, como todo o cidadão, também tenho contas a pagar.

O que falta para que os artistas plásticos angolanos vivam das suas criações?

Um mercado disponível, indústrias dispostas a investir e uma lei do Mecanato actuante.

O produto angolano tem qualidade suficiente para se impor internacionalmente?

A resposta está na qualidade e quantidade de prémios internacionais que Angola tem vindo a conquistar nos últimos anos.

Compra quadros de artistas nacionais?

Claro, mas nós, como artistas, temos formas de intercâmbio para a aquisição do que pretendemos.

Que avaliação faz dos colegas?

Estamos numa boa trilha, devendo somente permanecer e cultivar melhor os nossos interesses.

Ter sido a primeira mulher a vencer o Grande Prémio Ensa'Arte representa uma afirmação na

As pessoas têm medo de consumir cultura?

Pelo contrário, as pessoas sentem-se atraídas pela cultura, quando é apresentada com excelência. Neste período particular, já não poderei falar de desinteresse, mas, sim, de um novo interesse no resgate aos valores culturais.

Como vê o momento cultural?

Assim como outros sectores sociais, as artes encontram-se num novo momento de reafirmação.

Qual deve ser o papel das artes plásticas?

É fundamental. É o único recurso estético e visual por meio do qual se educa uma sociedade, utilizando meios sustentáveis, incentivando a sensibilidade na cultura.

O título da exposição 'Divergente' reflecte a sua independência em relação aos padrões clássicos?

'Divergente' é, sobretudo, uma corrente artística a qual defendo, por ser a liberdade que possuo em emergir nas distintas etapas e estilos artísticos, caracterizados até hoje.

Sente-se realizada profissionalmente?

Primeiramente, teria de analisar bem o termo realização, só assim teria afir-



PERFIL

Nome: Fineza Sebastião Teta dos Santos 'Fisty Teta'

Natural: Luanda, Ilha do Cabo

Idade: 26 de Dezembro de 1977

Filhos: Duas meninas

Estado civil: Casada



sociedade?

Ninguém se afirma por um prémio, mas sim pelo trabalho apresentado neste prémio e pela continuidade que dá à sua obra.

É comum vermos artistas a pintar o abstracto, mas no seu caso, nota-se mais a presença humana...

Tudo o que se vê nas minhas obras são tentativas de expressão do imaginável. Os contornos, as cores e até as figuras surgem mesmo quando quero fugir delas.

As suas obras representam o surrealismo ou o realismo?

Elas são um pouco de tudo. A base é a espontaneidade, porque sou divergente.

Quais os pontos de intercepção entre a pintura e a escultura?

As inúmeras possibilidades de auto-expressão em diferentes dimensões.

Está a ser fácil essa nova etapa da escultura?

Nada é difícil quando se tem vontade e meios.

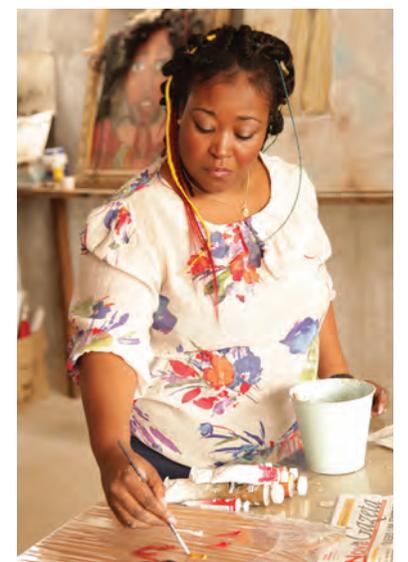
Que projectos tem?

Para 2016, são três grandes projec-

tos: Tea Club, projecto filantrópico, a qual estou muito grata por fazer parte deste projecto nobre, de poder acarinhar crianças necessitadas, dentro das comemorações dos 40 anos de Independência de Angola. E um pessoal que ainda está no forno (risos).

Em que se inspira para esculpir ou pintar?

É difícil citar fontes de inspiração fixas, tudo depende, às vezes, das coisas mais absurdas que nos inspiram (risos).



NÚMEROS DA SEMANA

57

Milhões de metros cúbicos de madeira é o potencial de Angola estimado pelo ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Afonso Pedro Canga.

664

É o número de caixas de refrigerantes Red-Cola que foram retiradas pela polícia no mercado da Alemanha, no Huambo, por apresentarem datas vencidas.

67

Milhões de dólares é o valor da reparação e conservação de ruas no centro de Luanda, que serão realizadas pela construtora Mota-Engil.

96,8%

É o que o petróleo representou do total das exportações nacionais em 2015, segundo dados do 'Anuário de Estatísticas de Comercio Externo 2015', do Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

INE APRESENTA NÚMEROS DA BALANÇA COMERCIAL

Exportações caem mais de 30% em 2015

A balança comercial de Angola registou um saldo positivo de 11.655 milhões de dólares em 2015, com as exportações a terem-se situado em 23.585 milhões de dólares e as importações a rondarem os 11.930 milhões de dólares.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), as exportações sofreram uma quebra homóloga de 31,75% e as importações de 29,41%, comparativamente aos valores registados em 2014, tendo o saldo da balança comer-

cial sido 33,99% inferior ao registado no ano transacto. O relatório do INE avança ainda que, em 2014, as exportações foram de 34,5 milhões de dólares, enquanto as importações se cifraram na ordem dos 16,9 milhões de dólares, o que resultou num saldo de 17,6 milhões de dólares.

Os principais parceiros das exportações angolanas, durante 2015, foram a China com 43,37% do total, Índia com 8,02%, Espanha com 6,72% e França com 4,75%. Os principais fornecedores de Angola, no mesmo ano, foram a China com 16,93% do total comprado no estrangeiro, Portugal com 14,79%, Coreia do Sul com 7,76% e Estados Unidos da América com 7,48%.



INE adia formação por culpa de jornalistas

Um seminário, dirigido a profissionais de comunicação social, com objectivo de fornecer informação sobre os indicadores macroeconómicos, produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), foi adiado sem data prevista, por falta de comparecência dos jornalistas.

O encontro, marcado para a última quarta-feira, previa contar com a presença de 40 jornalistas de órgãos de comunicação social públicos e privados, mas apenas quatro compareceram. Do pequeno grupo que marcou presença, dois representavam este jornal e o 'Nova Gazeta', um o 'Jornal de Angola' e o outro a Rádio Mais.

O INE, responsável pela iniciativa, foi obrigado a remarcar o encontro "sem data prevista".

O seminário previa duas sessões, uma para a abertura oficial da 'Conferência Estatística Internacional sobre Contas Nacionais' e outra reservada a apresentações temáticas.

NOVE ANOS DEPOIS

TAAG autorizada a voar para a UE

A TAAG - Linhas Aéreas de Angola - foi retirada da lista negra da União Europeia, estando agora autorizada a voar para todos os países além de Portugal, que era o único que permitia receber os aviões da companhia nacional segundo um comunicado.

A operadora angolana recebeu a aprovação da Agência Europeia para a Segurança da Aviação, estando agora livre para se candidatar a qualquer licença comercial para operar em qualquer dos Estados-membros da União Europeia.

A companhia havia sido integrada na chamada lista negra da Europa em Julho de 2007 e, apesar de sucessivas auditorias comunitá-

rias, só em 2009 conseguiu autorização para começar a fazer voos de teste para Portugal (primeiro para Lisboa e depois também para o Porto), após os acordos firmados entre as autoridades de aviação civil dos dois países.

No comunicado da TAAG, lê-se ainda que a decisão da União Europeia resulta de "um processo de inspecção e auditoria" que teve lugar "no início do ano" e que permitiu aprovar "que todo o tipo de aeronaves propriedade da TAAG possam voar para o espaço aéreo e territórios dos Estados-membros".

Existem 227 companhias aéreas proibidas de sobrevoar o espaço

da União Europeia e oito com actividade restringida. A TAAG anunciou também que pondera diminuir a frequência para o Brasil, mais concretamente para o Rio de Janeiro e São Paulo, devido à redução de passageiros.



O VALOR ESTA SEMANA

EM ANGOLA

BP investe 29 mil milhões USD

A exploração petrolífera da multinacional britânica BP, em Angola, representou aproximadamente 19% da produção líquida total da companhia, que se tornou num dos maiores investidores estrangeiros com mais de 29 mil milhões de dólares, investidos até finais de 2015, revela o relatório de sustentabilidade da petrolífera. **pág. 18**



NÃO PAGA HÁ SEIS MESES

Estado deve a operadoras

Há seis meses que as operadoras públicas de autocarros não recebem do Estado, as subvenções de bilhetes. As razões são ainda desconhecidas. O tarifário está estipulado, desde há cinco anos, quando um dólar valia 100 kwanzas. As empresas cobram também a actualização dos valores ao câmbio actual, de 166 kwanzas por cada dólar. **pág. 14**

APÓS QUATRO ANOS DE PREJUÍZO

Banco Valor com lucros

A contabilidade do Banco Valor registou, pela primeira vez, lucros quatro anos depois desde a sua constituição, revela o relatório de balanço. A evolução da margem financeira em 276,3%, de 293,3 milhões de kwanzas para 1.103,4 milhões de kwanzas, justificaram a inscrição dos primeiros lucros nas contas do banco, além dos ganhos com operações cambiais. **pág. 17**